

Revista

Ano XVII – N.º. 96
jul./out. – 2024

Poli

SAÚDE • EDUCAÇÃO • TRABALHO



Fechamento autorizado - pode ser aberto pelos correios

Mala Direta
Básica
9912631800/2023-DR/RJ
FIOCRUZ
Correios

SITUAÇÃO DE RUA

Como essa população, que abrange 227 mil pessoas no Brasil, acessa políticas de Saúde e Educação?

ELEIÇÕES

Desafios das próximas gestões municipais para a Saúde e o Meio Ambiente

CIÊNCIA E JUVENTUDE

Papel da escola e das políticas públicas



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) é uma unidade técnico-científica da Fiocruz que promove atividades de ensino, pesquisa e cooperação no campo da Educação Profissional em Saúde. A EPSJV oferece cursos técnicos de nível médio, de especialização e de qualificação nas áreas de Vigilância, Atenção, Informações e Registros, Gestão, Técnicas Laboratoriais, Manutenção de Equipamentos e Radiologia, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de um Programa de Pós-graduação em Educação Profissional em Saúde.

A EPSJV coordena e desenvolve programas de ensino em áreas estratégicas para a Saúde Pública e para Ciência e Tecnologia em Saúde; elabora propostas para subsidiar a definição de políticas para a educação profissional em saúde e para a iniciação científica em saúde; formula propostas de currículos, cursos, metodologias e materiais educacionais; e produz e divulga conhecimento nas áreas de Trabalho, Educação e Saúde. A Escola também é Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde para a Educação de Técnicos em Saúde e Secretaria Executiva da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS).

www.epsjv.fiocruz.br



EPSJVFiocruz



@epsjv_Fiocruz



@epsjvFiocruz



epsjv/Fiocruz



epsjv - Fiocruz



+55 (21) 96473-6462*

*Para receber as mensagens da lista do WhatsApp da EPSJV você precisa salvar esse número no seu telefone e enviar uma mensagem com seu nome completo.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
Av. Brasil, 4.365 – Manguinhos – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 21040-360
Tel.: 21 3865-9797

Revista

Poli

SAÚDE • EDUCAÇÃO • TRABALHO

EXPEDIENTE

Ano XVII - Nº 96 - jul./out. - 2024

Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde
ISSN 1983-909X

Coordenadora de Comunicação, Divulgação e Eventos

Talita Rodrigues

Edição

Cátia Guimarães

Reportagem

Cátia Guimarães

Erika Farias

Giulia Escuri

Juliana Passos

Projeto Gráfico

Maycon Gomes

Diagramação

José Luiz Fonseca Jr.

Marcelo Paixão

Maycon Gomes

Capa

Maycon Gomes

Fotos da Capa

Acervo Arquivo Público Municipal Maria da Glória Fooos
Acervo COC/Fiocruz, Acervo EPSJV/Fiocruz, Acervo IOC/Fiocruz, Domínio Público, Marcelo Camargo/Abr e Olabi Makerspace.

Mala Direta e Distribuição

Valéria Melo

Portal EPSJV

André Antunes

Mídias Sociais

Erika Farias

Larissa Guedes

Comunicação Interna

Júlia Neves

Talita Rodrigues

Editora Assistente de Publicações

Gloria Carvalho

Assistente de Gestão Educacional

Solange Maria

Tiragem

13.000 exemplares

Periodicidade

Bimestral

Gráfica

Imprimindo Conhecimento

Conselho Editorial

Alexandre Moreno	Etelcia Molinaro
Ana Cristina dos Reis	Giovana Trindade
Anamaria Corbo	Ingrid D'avilla
Antonio Marinho	Marcia Valéria Morosini
Augusto Cesar Rosito	Monica Vieira
Cláudio Gomes	Nina Soalheiro
Edilene Pereira	

MAYCON GOMES / EPSJV-FIOCruz

SUMÁRIO

2

NOTAS

4

CAPA

Um olhar ampliado

9

Políticas de Iniciação Científica no Ensino Médio

12

ESPECIAL CNGTES

Demandas históricas voltam ao foco do debate

14

Conferência coloca em pauta o fortalecimento do SUS como Escola

16

ENTREVISTA

Hugo Silva

'A gente não é mão de obra barata'

20

ELEIÇÕES E MEIO AMBIENTE

Papel da gestão municipal no controle de desastres

23

ELEIÇÕES E SAÚDE

Desafios da gestão do SUS nas cidades

26

SITUAÇÃO DE RUA

Pelas ruas (in)visíveis

31

DICIONÁRIO

Ecossocialismo

Receba a Revista Poli e assine nosso boletim pelo site

www.epsjv.fiocruz.br

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Sala 306

Av. Brasil, 4.365 Manguinhos – Rio de Janeiro - RJ CEP: 21040-360

Tel.: (21) 3865-9718 Fax: (21) 2560-7484 – e-mail: comunicacao.epsjv@fiocruz.br



Um novo 'Novo Ensino Médio'

O Brasil terá um novo Novo Ensino Médio a partir de 2025. Foi aprovado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 5.230/2023, que modifica a Reforma do Ensino Médio instituída em 2017 e sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 1º agosto. Elaborado a partir das contribuições recolhidas por meio de uma consulta pública, o texto original foi apresentado pelo governo federal com o objetivo de corrigir problemas na concepção e na implementação do novo currículo. Relatado na Câmara pelo deputado Mendonça Filho (União-PE), que era ministro no momento em que a Reforma foi instituída, o texto sofreu alterações que retomaram parte das características originais da proposta, desagradando entidades e segmentos que vinham denunciando os problemas do currículo que já estava sendo implementado. No Senado, depois de promover um amplo debate sobre o tema, a relatora do texto, professora Dorinha Seabra (União-TO), propôs modificações que recuperavam algumas propostas do projeto do governo e atendia algumas das demandas de pesquisadores e movimentos sociais, entre elas, a obrigatoriedade do ensino de língua espanhola, o estabelecimento de um prazo para a ampliação da carga horária das escolas de tempo integral, a limi-

tação do uso de Educação a Distância e a garantia gradativa de 2,4 mil horas de Formação Geral Básica para todos os estudantes. Em carta aberta sobre o tema, o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), criticou as mudanças propostas pelos senadores, defendendo o substitutivo do deputado Mendonça Filho.

De volta à Câmara, o texto foi novamente modificado e aprovado num processo que gerou críticas de parlamentares e militantes da Educação. A votação foi dividida em dois momentos: no primeiro, foram aprovadas quase por unanimidade as inclusões que o deputado Mendonça Filho propôs ao projeto mas, no segundo, que se referia às mudanças e rejeições que o relator sugeria à versão do PL que veio do Senado, a orientação do presidente da Casa, Arthur Lira, foi de uma votação simbólica, sem debate, sem destaques e sem contação nominal de votos.

Depois de tantas idas e vindas e muita pressão social, uma das principais mudanças demandadas pelos movimentos sociais – e presente na consulta pública feita pelo Ministério da Educação – acabou sendo aprovada: a ampliação da carga horária mínima da Formação Geral Básica para 2,4 mil horas (na Reforma instituída pelo governo Michel Temer, essa parte do currículo

PHÉLIPHE SCHIAROLLI / UNSPLASH



tinha um teto de 1,8 mil horas). Para os estudantes que cursarem o itinerário formativo de formação profissional, no entanto, esse número cai para 2,1 mil horas – uma das muitas medidas denunciadas como retrocessos do texto final. O Coletivo em Defesa do Ensino Médio de Qualidade, que integra a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, por exemplo, manifestou em nota preocupação com a versão final do projeto, destacando “a não garantia da predominância de oferta do Ensino Médio Integrado nos Institutos Federais; a oferta de ensino presencial mediada por tecnologias ou na modalidade EaD; a manutenção do notório saber para a docência; a ausência da língua espanhola como componente curricular obrigatório; a possibilidade de oferta de parte da carga horária do ensino médio por instituições privadas; (...) o estímulo ao trabalho precoce a partir possibilidade de validar horas de trabalho como carga horária letiva; e a existência de carga horária diferenciada na FGB para os ensinos médios técnico e propedêutico (o primeiro com 300 horas a menos). O grupo também lamentou o “redesenho do Enem e de outros exames vestibulares a partir dos chamados ‘itinerários formativos’, mas essa parte do PL foi vetada pelo presidente Lula.

Entre a aprovação desse substitutivo e a votação no Senado, em janeiro, a Conferência Nacional de Educação (Conae) defendeu a revogação da Reforma do Ensino Médio, tanto no seu relatório final quanto nas palavras de ordem que marcaram as plenárias do vento.



Fiocruz se une à rede de preparação para epidemias

O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos/Fiocruz) é o novo parceiro a se juntar à rede da Coalização para Inovações em Preparação para Epidemias (Cepi) de fabricantes de vacina no Sul Global. A rede internacional trabalha para apoiar respostas mais rápidas e equitativas a futuras ameaças de doenças infecciosas emergentes. O anúncio foi feito durante a Cúpula Global de Preparação para Pandemias 2024, realizada no final de julho no Rio de Janeiro. A unidade da Fiocruz receberá US\$17,9 milhões, o que equivale a aproximadamente R\$ 92 milhões, da Cepi. Os recursos serão usados

para diversificar as capacidades de fabricação de vacinas. A pandemia de Covid-19 destacou a necessidade de expandir o desenvolvimento de vacinas e regionalizar a fabricação de ponta a ponta na América Latina. Segundo a Fiocruz, embora os latino-americanos representem apenas cerca de 8% da população mundial, foram desproporcionalmente afetados pela doença, respondendo por mais de um em cada quatro óbitos até outubro de 2023.



Vai ter novo Plano Nacional de Educação?

O prazo de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE), elaborado para o período de 2014-2024, terminou sem ter cumprido a maioria das metas previstas e sem a aprovação de um novo Plano. Para contornar parte da situação, o Congresso aprovou a prorrogação da vigência do PNE atual até dezembro de 2025. Ao longo da década os monitoramentos parciais realizados por diversas instituições já apontavam para o descumprimento da maioria das metas. Em balanço final, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação avaliou que 90% do Plano não foi cumprido. “O descumprimento das metas do PNE, é, infelizmente, uma marca da política educacional brasileira. Isso demonstra uma tradição que precisa ser quebrada. Basicamente, acontece por um motivo estrutural de prioridade orçamentária”, disse ao Portal EPSJV/Fiocruz o professor da Universidade de São Paulo (USP) e coordenador honorário da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara.

No final de junho, o Ministério da Educação (MEC) encaminhou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 2614/24, que propõe o novo PNE. Em nota, o Ministério afirma que o texto foi produzido a partir de uma ampla escuta de diversos atores da sociedade civil, do Poder Legislativo e Executivo, e do documento elaborado na Conferência Nacional de Educação (Conae), realizada em janeiro. A nova proposta está dividida em 18

objetivos, que se referem a cada segmento da Educação, além dos temas: diversidade, inclusão, estrutura e funcionamento da Educação Básica. A Campanha avalia que o novo PNE é um avanço em relação ao anterior, pois coloca igualdade e equidade de maneira transversal e prevê a destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para Educação. Segundo a nota-técnica produzida pela Campanha, “essa proposta foi uma vitória da sociedade civil para o PNE atual e demanda da sociedade nas Conferências Nacionais de Educação (Conaes) e Conferências Nacionais Populares de Educação (Conapes) desde 2010”. Entre as demandas propostas pelas Conaes e contempladas no texto estão: a prioridade de instalação de internet banda larga nas escolas e a retirada da prova do PISA, que inclui apenas conteúdos de português e matemática, como indicador de aprendizagem, além da inclusão de um processo de avaliação nacional, da Educação Profissional e tecnológica, que será uma importante ferramenta no acompanhamento e monitoramento da oferta de cursos, mas ainda não saiu do papel.

Por outro lado, a entidade também aponta retrocessos. O primeiro está em ignorar a recomendação da última Conae e manter a estrutura curricular prevista pelo Novo Ensino Médio. O novo Plano também abre espaço para o uso do dinheiro público no financiamento de instituições privadas. A expansão do ensino superior está prevista apenas por meio do Programa Universidade para Todos (Prouni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Essa preocupação se estende para a Educação Profissional, uma vez que a expansão dos cursos públicos foi diminuída de 50% para 45%, e não há menção ao Ensino Médio integrado. O documento ainda aponta como 70% a proporção mínima de profissionais concursados, considerada baixa na avaliação da Campanha “diante do histórico de precarização da profissão”.



Panorama da violência no Brasil

Menos mortes violentas intencionais e mais violência contra mulheres. Esse é o retrato que o 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública traz do país em 2023. A queda no número de assassinatos em geral foi de 3,4%, enquanto os casos de violência doméstica subiram 9,8%. Chama atenção também o aumento (de 6,5%) na ocorrência de estupros, atingindo um número recorde, que mostra que uma mulher foi estuprada no Brasil a cada seis minutos.

Na maioria das situações, o agressor é um membro da família: 64% entre os casos em que a vítima são crianças de até 13 anos e 31,2% entre as vítimas com 14 anos ou mais. A residência da vítima é o local em que mais acontece a violência sexual, tanto entre adultos (52,1%) quanto no estupro de vulnerável (64,7%). Vários outros indicadores medidos pela pesquisa – como violência psicológica, perseguição e assédio sexual – mostram um cenário geral de piora em todas as modalidades de violência contra mulheres, incluindo um aumento das tentativas de homicídio (9,2%) e de feminicídio (7,1%).



Mais proteção às crianças brasileiras

Relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) junto com a Unicef mostra uma melhora na cobertura vacinal infantil no Brasil em 2023. Segundo o estudo, caiu o número de crianças que não receberam nenhuma dose da vacina tríplice bacteriana (DTP), que protege contra difteria, tétano e coqueluche desde 2021. Para a DTP 1, a

queda foi de 687 mil para 103 mil. Já para a DTP3, a redução foi de 846 mil para 257 mil. Com esses resultados, o país saiu a lista dos 20 países com mais crianças não imunizadas no mundo. Na rede social X, antigo twitter, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, parabenizou a ministra da saúde, Nísia Trindade, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela conquista, afirmando que essa é “uma das melhores maneiras de proporcionar às crianças um início de vida saudável”.

UM OLHAR AMPLIADO

Aproximação dos jovens com a ciência fortalece papel da escola e é estratégia contra o negacionismo

JULIANA PASSOS

Einstein, Isaac Newton, Galileu, Marie Curie. Nomes de grandes cientistas rapidamente relacionados ao desenvolvimento da teoria da relatividade, da gravidade, da compreensão do sistema solar e da invenção do raio-x. Nomes lembrados e associados a uma ciência que parece muito distante do cotidiano e desenvolvida por uma genialidade rara de poucas pessoas. Mas a verdade é que existem aplicações da ciência em toda a parte, desde o uso diário da energia elétrica para manter a geladeira funcionando, até a reflexão sobre as desigualdades sociais. Então basta observar uma maçã caindo para ser cientista? Não é bem assim, mas a maneira de a ciência olhar o mundo com curiosidade, ceticismo e a necessidade de análise cuidadosa sobre um conjunto de fatos ou fenômenos contribui para uma visão mais ampla e complexa sobre a realidade.

Em linhas gerais, o método científico consiste em observar um problema, formular e testar hipóteses, sempre recorrendo a trabalhos de quem já fez algo parecido, e apontar conclusões. “Nosso ensino deveria ser uma oportunidade para os alunos aprenderem os processos da ciência, terem a oportunidade de realizar experimentos, porque a sala de aula é o lugar onde deveríamos aprender a identificar as críticas do mundo”, diz Sandra Selles, professora da Universidade Federal Fluminense (UFF).

DO INTERESSE AO CONHECIMENTO

Aguçar esse interesse entre os jovens nem sempre é tarefa fácil, mas o caminho está mais na construção de políticas públicas que apoiem o desenvolvimento desse interesse do que na responsabilização dos estudantes. Essa argumentação, comum aos entrevistados desta reportagem, pode ser constatada a partir de alguns dados. De acordo com a pesquisa ‘O que os jovens brasileiros pensam sobre ciência e tecnologia – 2024’, realizada pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Comunicação Pública da C&T (INCT/CPCT), que entrevistou cerca de 2 mil jovens entre 15 e 24 anos em fevereiro de 2024, 77% afirmam ser interessados ou muito interessados por meio ambiente, 67% por ciência e tecnologia e 66% por medicina e saúde. As respostas foram coletadas a partir de uma lista em que os entrevistados informavam seu grau de interesse sobre oito temas – ciência e tecnologia, saúde, meio ambiente, política, arte e cultura, esportes, economia e religião – e no topo ficaram os três primeiros. Os números são próximos ao obtido pela edição de 2023 da mesma pesquisa, realizada, no entanto, com a população geral – e não apenas com jovens. Nesse caso, o interesse por medicina e saúde é de 78%, meio ambiente 76% e 60% por ciência e tecnologia. Já a pesquisa realizada pelo Instituto Sou Ciência, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), entre 2021 e 2022, cujos resultados foram divulgados em dezembro de 2023, mostra um interesse ainda maior da população em geral com índices que superam os 80% sobre essas mesmas temáticas: medicina e saúde, meio ambiente e C&T. Nesse estudo, não houve um recorte específico para a juventude em relação ao interesse, mas a faixa etária entre 16 e 29 anos aparece entre o que mais defende o crescimento do investimento em ciência e pesquisa (64%).

Embora a curiosidade exista, esses jovens conhecem pouco sobre ciência e apenas uma minoria (8%) sabe citar um cientista brasileiro, de acordo com o levantamento realizado pelo INCT/CPCT. No topo da lista dos mais lembrados está o geofísico e divulgador científico Sérgio Sacani, mais conhecido como ‘Serjão dos Foguetes’, com 15% das menções, seguido por Santos Dumont (9%), um dos percussores da aviação, o astronauta e ex-ministro de C&T Marcos Pontes (9%) e o médico e cientista Oswaldo Cruz (8%). Já as instituições de pesquisa foram lembradas com um pouco mais de frequência em 2024: 19% ante aos dados obtidos em 2019 (12%), sendo a Fiocruz, o Butantan e o IBGE, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as mais citadas. Em separado, o questionário perguntou se os entrevistados sabiam o nome de uma universidade, o que foi o caso de 32%. No topo da lista está a Universidade de São Paulo (USP), com 18% das menções, mas a diversidade predominou e 46% formam a categoria ‘Outros’ por terem sido mencionadas, mas que não superaram 1% das citações individualmente. “Quando a gente fala em interesse, até que ponto não estamos atribuindo aos indivíduos uma responsabilidade que é sistêmica, diante de uma necessidade de melhoria na infraestrutura, financiamento mais adequado e valorização do professor?”, questiona Paulo Carrano, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF). Cristiane Braga, professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) e coordenadora do Provoc, o Programa de Vocação Científica da Fiocruz, concorda. “Se o estudante não conhece, ele não escolhe. Na medida em que você proporciona um leque de possibilidades, eles terão uma maior facilidade de escolher”, diz.

CIÊNCIA NA ESCOLA

E esse interesse pode ser estimulado por diferentes formas. Foi o cinema, por exemplo, um dos elementos responsáveis por motivar a estudante Sofia do Prado, que cursa o quarto ano do técnico em Análises Clínicas integrado ao Ensino Médio na Escola Politécnica da Fiocruz. “Com 14 anos eu vi uma série chamada ‘Acampamento Cretáceo’, que pertence à franquia de *Jurassic Park*, e a partir dela comecei a pesquisar, comecei a saber o que é uma coisa ali, outra coisa aqui”, recorda ela, atualmente com 17 anos. Hoje seu museu favorito é o de Ciências da Terra, localizado no Rio de Janeiro, que tem como destaque a exposição de fósseis de dinossauros. O fato de sua mãe ser bióloga é uma influência importante no seu gosto pela fauna e flora, mas Sofia atribui também à vivência na escola a possibilidade de se aproximar mais desses temas, a partir das experiências em laboratório. “Eu achava que o coração era um só bloco, então pudemos ver várias células juntinhas pelo microscópio. Também observamos bactérias e pudemos detalhar suas

várias estruturas”, ilustra.

Foi também o cinema, mais precisamente os filmes de ficção científica ‘Interestelar’ e ‘Perdido em Marte’, que fez com que, ainda criança, Kawan Henrique, estudante do terceiro ano do curso de Biotecnologia da EPSJV/Fiocruz, começasse a sonhar em ser astronauta. Com a entrada na Escola Politécnica no Ensino Médio, ele passou a ter mais acesso ao computador e à internet e, com isso, a pesquisar sobre o espaço, descobertas da Nasa, a agência espacial dos Estados Unidos, e acompanhar canais no YouTube com vídeos sobre a temática. E essas atividades de pesquisa não foram só divertimento: em 2022 e 2023, o estudante foi o responsável por projetar e acionar um minifoguete na feira de ciências da escola. “Hoje em dia meu sonho [de ser astronauta] está mais pé no chão”, confessa, entre risos, “mas eu continuo interessado pelo espaço e quero fazer faculdade de astronomia”.

A possibilidade de ter acesso a laboratórios e a mediação de professores é fundamental para que o conhecimento que está disseminado na internet e nas redes sociais, principal fonte de informação da juventude, seja processado e apropriado adequadamente, na visão de Paulo Carrano. “Eles precisam de apoio, de suporte, de mediação. Nesse sentido, uma formação científica, que inclua tanto as ciências exatas quanto as humanas, pode ser protetora”, avalia, ressaltando ainda que o estímulo à formação científica é essencial para a formação humana que as escolas devem desenvolver. “Eu acredito que o espaço da sala de aula é importante para oferecer explicações mais complexas sobre o mundo, em especial a partir do ensino do método científico”, completa a professora da UFF Sandra Selles.



ESCOLA ALÉM DA SALA DE AULA

É preciso ir além dos muros da escola, avaliam os entrevistados, e promover a visitação desses jovens a espaços de ciência e cultura, como museus e clubes de ciência. Sobretudo na realidade da Educação pública, essa aproximação, quando existe, muitas vezes é feita por iniciativas das próprias escolas ou professores, e Carrano defende que sejam parte de políticas amplas, para que não dependa do voluntarismo do professor. “Um professor que queira levar os seus alunos a uma casa de ciência que é distante da escola muitas vezes esbarra em grande dificuldade de transporte, de burocracias. Então, é preciso construir uma rede de apoio, um suporte para que essa ponte entre o laboratório e o mundo da vida possa ocorrer”, diz.

Essa também foi uma preocupação da pesquisa do INCT/CPCT. Os entrevistados foram apresentados a uma lista e questionados sobre quais atividades ou espaços científico-culturais foram frequentados pelo menos uma vez no último ano. Na liderança estão bibliotecas, parques ambientais e palestras – presenciais ou online – sobre temáticas relacionadas à ciência, que foram frequentados por 30% dos entrevistados que fizeram alguma atividade. A pesquisa não menciona a taxa de não visitação. No fim da lista estão os museus de ciência ou espaços de ciência e tecnologia, visitados por apenas 8%. A pesquisa questionou os entrevistados especificamente sobre os motivos da não visitação desses museus e entre as principais respostas estão a falta de tempo e de dinheiro e a inexistência deles. A ausência desses espaços para visitação foi a principal razão apontada pelos jovens das regiões Norte e Centro-Oeste, carência que pode ser constatada com um simples olhar no mapa de distribuição de museus pelo país. A Plataforma de Museus, do Instituto Brasileiro de Museus, informa a existência de mais de 3,5 mil estabelecimentos públicos ou privados no Brasil, sendo a maioria de história (1817), artes, arquitetura e linguística (501), ciências exatas, da terra, biológicas e da saúde (449). O Sudeste concentra 1.561 instalações, seguido pela região Sul, com 1.054, e pelo Nordeste com 858. Na

MAYCON GOMES / EPSJV-FIOCRUZ



CONHECIMENTO CIENTÍFICO NA REFORMA

A professora Sandra Selles, da Universidade Federal Fluminense (UFF), avalia que a dificuldade de aproximar os jovens do universo científico pode piorar com o Novo Ensino Médio e o conteúdo previsto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) desse segmento, aprovada ainda em 2018. Isso porque, para a pesquisadora, os conteúdos específicos das disciplinas estão sendo colocados em segundo plano. Selles explica que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de 2012, vigentes até 2018, previam o agrupamento de disciplinas por áreas comuns em nome de uma integração de conteúdos, desde que fossem mantidas as especificidades disciplinares. De acordo com a professora, isso muda com a BNCC. Analisando a área de Ciências da Natureza da atual Base Nacional, na qual estão incluídas as disciplinas de química, física e biologia, ela identificou que, entre as 26 habilidades previstas para essa grande área, apenas sete se referem a conhecimentos de biologia de forma mais explícita. Como exemplo, ela cita a habilidade ‘Interpretar formas de manifestação da vida, considerando seus diferentes níveis de organização (da composição molecular à biosfera), bem como as condições ambientais favoráveis e os fatores limitantes a elas, tanto na Terra quanto em outros planetas’, prevista nessa proposta curricular. Para a professora, o trecho entre parênteses, “da composição molecular à biosfera”, ajuda a exemplificar a generalidade com a qual se devem apresentar os conhecimentos, deixando questões fundamentais para a compreensão da biologia, como as estruturas celulares, “de forma escamoteada”.

Selles avalia que na Base Comum as habilidades se sobrepõem aos conteúdos e uma das implicações dessa inversão é a possibilidade de a área ser considerada contemplada mesmo com a ausência de um professor formado nas disciplinas específicas. Esse problema foi identificado, inclusive, pela edição de 2023 do Censo Escolar produzido anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que elencou as disciplinas de física, filosofia, língua estrangeira e Sociologia como as que mais são ministradas por professores sem formação na área. De acordo com o mapeamento que inclui escolas públicas e particulares, 43% dos profissionais que lecionam física não são professores da área, o que também acontece com 53% dos que dão aula de filosofia, 55% de língua estrangeira e 60% de Sociologia. “Se eu chego na escola e falta professor de física, mas existem professores de biologia e de química, por exemplo, a área está contemplada, porque a própria organização da área de conhecimento passa por cima das especificidades de cada disciplina”, critica Selles.

A experiência em laboratórios e outros espaços escolares podem despertar o interesse pela ciência

base dessa lista estão o Norte (179) e o Centro-Oeste (278). Os estados do Amapá, Roraima e Rondônia não possuem museus de ciência. “Se você não tem acesso, se não tem espaços onde isso possa ser renovado como interesse, a gente não tem nem como exigir que os jovens se interessem pela ciência, ou pela cultura, ou pela arte. É preciso ampliar a oferta”, argumenta Carrano.

Entre os exemplos que podem servir de inspiração, ele cita o Museu da Ciência e da Indústria em Paris, na França, o da Ciência de Londres, na Inglaterra, e o de Munique, na Alemanha e o Espaço Ciência em Olinda, Pernambuco. O que esses espaços têm em comum são programas específicos relacionados à formação científica para jovens. “Eu acho que é preciso fortalecer o que já existe e, a partir daí, ampliar as experiências e políticas. E lembrar que os jovens precisam de suporte para que possam frequentar as escolas e esses espaços que vêm sendo criados com qualidade. Se não, a gente vai ter casas de ciência, centros culturais, museus de ciência vazios, porque esses jovens vão estar trabalhando e não vão poder frequentar esses espaços”, comenta.

Leonardo Werneck, estudante integrante do Grêmio da EPSJV/Fiocruz, defende um maior esforço na aproximação das instituições científicas com a população, especialmente entre aqueles segmentos que têm maior dificuldade de acessar escolas, espaços de ciência e arte. “Geralmente, a pessoa vira cientista a partir de um exemplo cotidiano e dentro de uma visão bastante fechada da ciência. Difícilmente as pessoas relacionam um cantor de trap às questões levantadas pelas ciências sociais”, ilustra, sugerindo a música como um ponto de conexão com o fazer científico. Ele também reflete sobre o recorte de raça, gênero e classe na ciência e aponta temas que deveriam ser trabalhados com mais ênfase como forma de expandir a compreensão sobre ciência em referência à experiência como estudante da EPSJV/Fiocruz. “Esses temas aparecem em nossas aulas de sociologia como quando estudamos sobre o livro ‘Mulher, raça e classe’, de Angela Davis, e discutimos o racismo ambiental, que é um tema atualíssimo”, exemplifica.

Foi a partir das aulas nas ciências sociais que a também estudante da Escola Politécnica Isis Rosa decidiu o tema do seu projeto de final de curso: ‘A importância da aceitação do cabelo crespo/cacheado para a construção da identidade da mulher negra’. A referência é a um trabalho de pesquisa que os estudantes da EPSJV/Fiocruz desenvolvem durante dois anos, como parte do ‘Projeto Trabalho Ciência e Cultura’ (PTCC), uma iniciativa pedagógica centrada na iniciação científica que faz parte da grade curricular do Ensino Médio integrado à Educação Profissional na Escola Politécnica da Fiocruz. O objetivo é pro-

vocar os alunos a desenvolverem todas as fases de um projeto de pesquisa que culmina com a produção de uma monografia, considerada, inclusive, como requisito para a conclusão do curso. “Eu já tinha interesse por ciência, tanto sociais quanto biológicas, mas no Poli estamos sempre inseridos em diversos projetos, dinâmicas e aprendizados e assim estamos sempre produzindo ciência e muitas vezes sem perceber”, diz Isis.

CIÊNCIA CONTRA O NEGACIONISMO

O debate sobre a importância do ensino de ciências e do método científico tem ganhado força diante da disseminação de notícias falsas e da negação da ciência nos mais diversos espaços da sociedade. E na escola não é diferente. “Os tensionamentos entre os valores trazidos pelos estudantes de suas casas e o que é ensinado em sala de aula sempre foram comuns. No entanto, nos últimos anos, a ascensão de valores conservadores que levam à negação de consensos científicos se exacerbou”, avalia a professora Sandra Selles, da UFF. Ela atribui essa mudança a um movimento contemporâneo conservador atrelado a princípios religiosos e que envolve a universalização de padrões morais e a negação de consensos científicos. Entre os alvos estão conhecimentos consolidados como a teoria da evolução, que explica a origem dos humanos a partir de um elo comum com os macacos, a capacidade das vacinas de proteger a população de doenças e a importância da ciência em geral. Ela chama a atenção para o fato de que esse fenômeno é intensificado pelo uso massivo das redes sociais, que aceleram a disseminação de pautas negacionistas, e de que não se trata de meras atitudes individuais, mas de ideias de circulação massiva que têm o poder de atrasar ou mudar a direção de políticas públicas.

A preocupação da professora é endossada pela pesquisa do INCT sobre a Comunicação Pública da Ciência e da Tecnologia, que indica um índice moderado de jovens que conferem as notícias antes de compartilhá-las. Na edição de 2019, apenas 15% disseram checar as informações repassadas, enquanto em 2024, esse número cresceu para 32%. No entanto, pouco mais da metade não considera uma tarefa fácil confirmar se determinada informação é verdadeira. Vanessa Fagundes, pesquisadora do INCT-CPCT, atribui esse aumento da desconfiança em relação aos conteúdos acessados a uma maior convivência com a desinformação e seu impacto no cotidiano desses jovens, em especial após a pandemia de covid-19. Mas alerta que ainda há muito a ser feito. “Os jovens consideram a ciência e a tecnologia como algo interessante e positivo. Temos nas mãos uma gran-

de oportunidade para melhorar a comunicação da ciência e, conseqüentemente, talvez, o conhecimento desse público sobre o campo”, avalia.

Para identificar o nível de compreensão sobre ciência e a adesão à desinformação sobre esse tema, o questionário elaborado pela equipe do INCT apresentou uma série de afirmações negacionistas e outras com conceitos científicos para os estudantes apontarem se as sentenças eram corretas ou falsas. O resultado demonstra pouco conhecimento em biologia, uma vez que uma minoria (28%) acertou que os antibióticos não servem para matar vírus, e sim bactérias; por outro lado, 81% sabem que a emissão de gás carbônico contribui para o efeito estufa. Entre os dados que chamam mais atenção na temática negacionista é o de que apenas 61% consideraram correta a afirmação de que os seres humanos descendem de outros animais. Na afirmação ‘As vacinas podem causar autismo’, 75% disseram “não”. Nos dois casos há um percentual significativo de respostas corretas, mas com margem para reflexões sobre o impacto do negacionismo. Fagundes prefere a cautela ao comentar esses dados e defende serem necessários mais estudos para entender as implicações das informações coletadas. “Temos que tratar esse dado com cuidado. Temos alguns indícios de que se trata de desinformação, mas precisamos entender um pouco melhor quem são esses jovens. Sabemos que existem outros fatores que influenciam essas opiniões sobre ciência e essa afirmação pode estar dialogando, por exemplo, com a religião, com alguma percepção relacionada à economia, à política. Mas é algo que de fato precisa ser estudado”, reflete.

Paulo Carrano observa que a dinâmica das redes sociais tem levado as pessoas a questionarem consensos científicos de um modo que, com simples frases, inverte-se ‘o ônus da prova’. “É preciso disseminar essa capacidade mediadora entre os próprios jovens e capacitar cada vez mais educadores para lidar com as novas gerações que precisam se apropriar de maneira qualificada do conhecimento produzido”, defende.

A professora da UFF Sandra Selles considera importante ressaltar que defender o método científico contra o negacionismo não deve significar um elogio cego à ciência. Ela lembra que é preciso ter uma visão histórica, exemplificando com o caráter racista de pesquisas do passado, que, por exemplo, atribuíram diferenças a cérebros de pessoas brancas, negras e indígenas. Da mesma forma, Selles reconhece que a ciência não é neutra, mas ressalta que a capacidade de duvidar, necessária ao processo científico, requer compreensão dos processos para não se incorrer no erro de negar algo simplesmente por desconhecimento. “Podemos ter como exemplo o funcionamento de um celular. Sabemos que funciona, mas se você me perguntar cientificamente como conseguimos chegar até aqui, não vou saber explicar em todos os detalhes. É preciso ter um equilíbrio entre a dúvida e a compreensão do modo de se fazer ciência”, afirma. ●

OBSERVATÓRIO DA JUVENTUDE EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Uma iniciativa responsável por dar continuidade ao acompanhamento do desenvolvimento das políticas e programas de Iniciação Científica no Ensino Médio está sendo lançada este ano pela Escola Politécnica da Fiocruz: o Observatório da Juventude. “Há algum tempo nos cobrávamos por nos debruçar mais sobre os estudos sobre juventude, uma vez que lidamos cotidianamente com jovens. O primeiro pontapé foi a criação de um grupo interno sobre o tema, um trabalho que se amplia em 2024”, diz Telma Frutuoso, membro da coordenação colegiada do Observatório. O trabalho estará disponível em site próprio e dividido em três áreas de atuação. A primeira é oferecer conteúdo para os estudantes da Educação Básica que têm interesse por ciência, mas não sabem por onde começar essa aproximação. Na página, o estudante vai encontrar uma explicação sobre cada área do conhecimento, a carreira de um cientista e depoimentos sobre essas trajetórias. Em outra aba, poderá conhecer iniciativas de IC no Ensino Médio.

Outra frente de atuação do Observatório é uma pesquisa que tem como objetivo identificar as tradições de pesquisa de 2010 a 2022 no Pibic-EM, em especial na área da Saúde. “O que me chama atenção é que a Rede Federal de Educação Tecnológica, formada pelos Institutos Federais, predomina nesse levantamento, então é possível que eles adotem estratégias mais próximas do que é feito aqui na Escola Politécnica, por isso, vai ser interessante detalharmos as características desses programas”, vislumbra Rosa das Neves, integrante da coordenação. Por último, o Observatório oferece um banco de publicações na área vinculado ao Arca, o Repositório Institucional da Fiocruz, que reúne tanto produções próprias quanto externas. “Queremos reunir o maior número possível de iniciativas que proporcionem a esses jovens o acesso a esse conhecimento, a entender o que é ciência, que ciência não é algo afastado, que ciência está no seu cotidiano”, finaliza Cristiane Braga, também membro da direção colegiada.



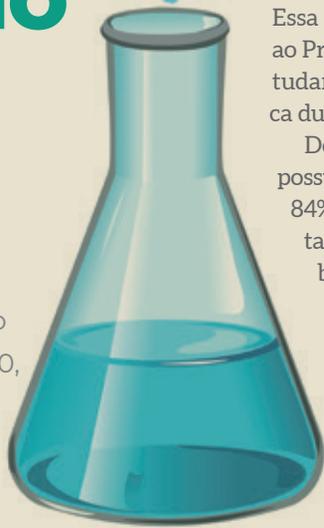
FREPIK

POLÍTICAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA NO ENSINO MÉDIO

Educação Básica ganhou financiamento específico no começo da década de 1990, mas iniciativas e número de bolsas precisam ser fortalecidas

JULIANA PASSOS

O primeiro programa do CNPq, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, destinado à Educação Básica foi criado em 2003. Trata-se do IC-Jr, que destina cotas para as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) incentivarem a vocação científica de estudantes do segmento Fundamental, Médio ou Técnico de escolas públicas. A modalidade voltada especificamente para o Ensino Médio, o Pibic-EM, começou a distribuir bolsas em 2010 e nesse caso permite parcerias com escolas públicas, privadas e militares. Tanto o Pibic-EM quanto a IC-Jr preveem a inserção de estudantes da Educação Básica no cotidiano das pesquisas realizadas em uma instituição de Ensino Superior. Nos dois casos, a duração da bolsa é de 12 meses, com possibilidade de renovação, e os estudantes precisam estar vinculados a um pesquisador que atue em uma instituição de ensino superior.



O CNPq financia ainda uma terceira modalidade de fomento à ciência na Educação Básica, vinculada às Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP). O Programa de Iniciação Científica (PIC-OBMEP), coordenado pelo Instituto de Matemática Aplicada (IMPA), concede bolsa aos estudantes premiados nos segmentos de ensinos Fundamental, Médio e Técnico de escolas públicas. Essa concessão não é automática: é preciso aderir ao Programa, que prevê o acompanhamento do estudante por um pesquisador da área de matemática durante um ano de forma presencial ou remota.

De acordo com o Censo Escolar de 2023, o Brasil possui 7,7 milhões de estudantes no segmento, sendo 84% dessas matrículas concentradas nas redes estaduais. Os números contrastam com a oferta de bolsas de iniciação científica pelo CNPq para o Ensino Médio: em 2023 foram ofertadas cerca de 10 mil bolsas. Ainda é preciso somar os números daquelas bolsas destinadas às Fundações Estaduais, que não diferenciam o segmento educacional, e às da OBMEP, que estão em fase de reanálise pelo CNPq.

Além das bolsas de iniciação científica distribuídas pelo CNPq, as FAPs também têm programas regionais. De acordo com dados do Confap, Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, em 2023, 12 fundações estaduais distribuíram 5 mil bolsas. A Fundação de Amparo do Estado do Amazonas (Fapeam), por exemplo, mantém uma dessas iniciativas desde 2004. O Programa Ciência na Escola (PCE), que foi responsável por cerca de 200 bolsas nos anos de 2022 e 2023, é desenvolvido diretamente com as escolas estaduais, sem vínculo com as instituições de ensino superior. "A ideia principal do PCE é despertar o interesse pela ciência ainda no âmbito da Educação Básica, possibilitando uma primeira experiência na área de CT&I e incentivando professores a trabalhar em sala de aula com pro-

jetos de pesquisa. A escolha das áreas do conhecimento e temas dos projetos submetidos é livre, dependendo da disciplina do professor, que é quem coordena o projeto”, explica a diretora-presidente da Fundação, Marcia Perales. Cada projeto contemplado destina uma bolsa de seis meses para o professor coordenador e de cinco meses para três estudantes. “Sabemos que muitos dos estudantes que foram bolsistas deram continuidade à carreira científica e, na graduação, conquistaram bolsas de iniciação científica, e outros foram mais adiante e concluíram o mestrado e doutorado. Esse estímulo ao desenvolvimento de projetos científicos na Educação Básica também motiva muitos professores, que resolvem dar continuidade aos estudos e muitos chegam ao doutorado”, completa.

A iniciativa considerada pioneira nesse segmento acontece na Fiocruz, desde 1986: o Provoc, Programa de Vocação Científica, sediado na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Desde sua criação, seu objetivo foi proporcionar uma aproximação de estudantes do Ensino Médio com o fazer científico. Atualmente, o programa recebe cerca de 100 alunos de escolas públicas e privadas por ano e está dividido em duas etapas: ‘Iniciação’ e ‘Avançado’. Na primeira, com duração de um ano, os estudantes acompanham as atividades de um laboratório de pesquisa de alguma das unidades da Fiocruz espalhadas pelo Brasil para conhecer o cotidiano do trabalho e as técnicas e metodologias utilizadas, com uma carga horária mínima de quatro horas semanais. “Nessa etapa não é necessário o desenvolvimento de um projeto de pesquisa”, explica a coordenadora do programa, Cristiane Braga. Já na etapa Avançada, que dura 22 meses, os estudantes devem elaborar um projeto de pesquisa e submeter o trabalho a eventos científicos. Entre os principais estão a Reunião da Fesbe, a Federação de Sociedade de Biologia Experimental e a Raic, Reunião Anual de Iniciação Científica. Nesta última, os estudantes das diversas instituições que integram o Provoc apresentam seus trabalhos ao lado daqueles que estão realizando o PTCC como parte da conclusão do curso técnico integrado ao Ensino Médio da EPSJV/Fiocruz.

SBPC



Profissionais da Fiocruz Brasília explicam microbiologia durante reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência destinada aos Jovens

HISTÓRICO E DESAFIOS DAS POLÍTICAS

As primeiras iniciativas de programas de iniciação científica no Brasil se fortaleceram na década de 1990, embora houvesse concessões esporádicas de bolsas nessa modalidade desde a criação do CNPq em 1951. A criação do Programa de Iniciação Científica do CNPq destinado a estudantes de graduação se deu em 1993. E se na década de 1980 o número de bolsas não superou a marca de 2 mil concessões por ano, no final da década de 1990 a média anual alcançava 18 mil bolsas distribuídas para estudantes de iniciação científica nos cursos de graduação. Só dez anos depois, em 2003, foi criado o primeiro programa do CNPq destinado ao Ensino Médio.

O contexto de crescimento dessas políticas, diz o coordenador pedagógico da rede municipal de ensino de Florianópolis (SC), Adriano Oliveira, está relacionado à avaliação do governo brasileiro e de organizações internacionais, como a Unesco, de que se vivia numa “sociedade do conhecimento” para a qual a Educação era fundamental, e que seria preciso encurtar o tempo da formação de cientistas. A análise está presente na tese ‘A Iniciação Científica Júnior (ICJ): aproximações da educação superior com a educação básica’, defendida por Oliveira em 2015. E, segundo ele, um dos desdobramentos dessa compreensão foi a defesa de uma maior aproximação entre a Educação Básica e o ensino superior. “Então, em termos de política pública, fica claro o desejo desses organismos internacionais e dos diferentes governos, com variadas nuances sobre a compreensão do papel da ciência, de captar talentos potenciais para encaminhar para as carreiras científicas”, diz. Entre os documentos produzidos a partir dessa compreensão estão o ‘Rumo às Sociedades do Conhecimento’, lançado pela Unesco em 2007 e os “livros coloridos” - Verde, Branco e Azul -, lançados pelo governo brasileiro na primeira década dos anos 2000, em que são expostas essas diretrizes.

Segundo Oliveira, a escola passa a ser considerada um dos espaços que devem responder às demandas do processo de produção em uma época de aceleração do desenvolvimento da ciência, em especial da tecnologia digital. “A escola tem esse desafio de formar para esse momento histórico”, avalia.

Mas para Oliveira, assim como para os demais entrevistados desta reportagem, o papel desses programas não se limita a responder a demandas de produção. O argumento é de que o conhecimento científico tem capacidade de estabelecer relação com as diversas formas de existência da humanidade e deve ser entendido como necessário para construir novas formas de sociabilidade.

O ingresso no Programa se inicia a partir da pré-seleção dos interessados dentro das escolas conveniadas, que podem indicar até 15 estudantes. Os candidatos realizam prova de redação, entrevista e têm seu histórico escolar avaliado. De acordo com Cristiane Braga, nessa etapa, o principal critério de seleção é o interesse. Na etapa Avançada, a seleção é mais rigorosa por exigir um maior comprometimento e responsabilidade do estudante, mas também há muita desistência em função de ser um ano preparatório para o Enem, o Exame Nacional do Ensino Médio. De acordo com a coordenadora, cerca de um terço dos ingressantes na etapa inicial permanecem para o Avançado.

Um aspecto comum aos programas de iniciação científica é o de que eles contribuem para que os estudantes concluam as etapas de ensino e, muitas vezes, prosigam os estudos. Essa foi uma constatação realizada pela profes-

sora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Shirley Arantes, que verificou que entre 30 alunos de escolas públicas contemplados em 2021 por bolsas de iniciação científica no Ensino Médio na UEMG, todos eles concluíram essa etapa do ensino. “Com esse trabalho pudemos constatar que a iniciação científica no Ensino Médio é favorável à conclusão de etapa, o que é muito importante, porque no Brasil o Ensino Médio ainda é um funil”, diz, referindo-se ao fato de esse ser o segmento da Educação Básica com a maior taxa de evasão. Em 2023, de acordo com dados do Censo Escolar, o índice ficou em 5,9%. Pode parecer pouco, mas os jovens de 15 a 29 anos que não concluíram a Educação Básica somam 9 milhões, o que significa cerca de 20% da população dessa faixa etária. Os dados são da PNAD, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo IBGE, o Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística, com recorte específico para Educação e divulgados em março de 2024.

Por outro lado, a professora entende que essa modalidade de fomento à iniciação científica é pouco divulgada e, em entrevista com bolsistas de Ensino Médio da UEMG, foi constatado que os estudantes ingressaram devido ao contato direto com o pesquisador. Essa percepção é compartilhada por Oliveira, que defende, a partir do que observou na pesquisa para a tese ‘A iniciação científica júnior (ICJ): aproximações da educação superior com a Educação Básica’, que um bom processo de iniciação científica na Educação Básica, com o devido suporte, pode, inclusive, contribuir para o desempenho do aluno nas disciplinas regulares, além da formação como pesquisador propriamente. Por outro lado, essa não é uma regra e esse bom funcionamento depende da estrutura da escola e da disponibilidade dos orientadores, uma realidade pouco comum na Educação Básica se comparada à iniciação conduzida na graduação. “A presença de estudantes de iniciação científica na graduação é muito comum. Então, é uma política amplamente aceita e há um maior direcionamento para a carreira de pesquisador”, avalia. Ele ilustra essa diferença a partir de seus estudos e da dificuldade do programa de Iniciação Científica Júnior da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em conseguir professores dispostos a receber os alunos de Ensino Médio. Outro empecilho para consolidação do programa é a precariedade do trabalho dos professores das escolas estaduais que têm interesse no programa e mesmo o desconhecimento da existência dessas iniciativas.

A seleção de orientadores também é uma preocupação para a equipe do Provoc/Fiocruz. E, ao mesmo tempo em que recebe inscrições de estudantes, a equipe também seleciona os orientadores. “Não queremos qualquer pesquisador, isso faz a diferença para nós. Queremos aquele pesquisador que acredita na Educação como mola propulsora de transformação e proporcione ao estudante vivenciar o cotidiano do trabalho, onde seja possível uma imersão e se desenvolver”, diz a coordenadora do programa. O objetivo é que além de absorver os conhecimentos técnicos e científicos, o estudante desenvolva senso crítico, responsabilidade, comprometimento e possa acompanhar não só as etapas do estudo, como as dificuldades que o pesquisador enfrenta.

Ao longo do percurso, o estudante mantém contato com os pedagogos da equipe do Provoc, presentes em todas as instituições em que há o programa, com uma frequência mínima de uma vez por mês. “Esse é um momento de muitas dúvidas e incertezas, então essa rede de profissionais fortalece e dá mais segurança para esse estudante durante a trajetória dele no programa”, diz Cristiane Braga. ●

MAYCON GOMES / EPSJV-FIOCRUZ

O conhecimento nas ciências humanas e exatas estimula a capacidade crítica diante da alta circulação de *Fake News*



DEMANDAS HISTÓRICAS VOLTAM AO FOCO DO DEBATE

Após 18 anos da edição anterior, 4ª CNGTES discute precarização do trabalho e estratégias para promover o trabalho decente

JULIANA PASSOS

A próxima Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, que será realizada entre os dias 10 e 13 de dezembro, em Brasília, promete aprofundar alguns debates antigos, que nunca saíram da agenda mas foram bastante enfraquecidos nos últimos anos, diante da flexibilização crescente dos direitos trabalhistas e das formas de contrato. Segundo o diagnóstico apresentado pelo documento orientador do encontro – com o qual todos os entrevistados desta reportagem concordam – o Sistema Único de Saúde (SUS) se desenvolve hoje num cenário de “trabalho precário e instável, sem vínculo reconhecido, portanto, inseguro; temporário, com inserção parcial involuntária porque é dependente da demanda; com renda insuficiente ou inexistente e instável, em face à retirada de direitos e de proteção”.

Bruno Almeida, diretor do Degerts, o Departamento de Gestão e Regulação do Trabalho em Saúde, que integra a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), concorda com o panorama traçado pelo documento da Conferência e aposta na retomada da agenda da área para modificar esse cenário. “A gente não conseguiu ao longo dos anos sistematizar uma Política Nacional de Gestão do Trabalho na Saúde e, mais recentemente, houve uma fragilização dessas pautas”, diz. Em uma das primeiras medidas para colocar o tema em debate, em dezembro de 2023, o Ministério da Saúde lançou o Centro Nacional de Informações do Trabalho em Saúde (Cenits), plataforma que reúne dados sobre a força de trabalho no SUS por categoria profissional. “A plataforma foi lançada diante do entendimento de que há uma grande dificuldade em se ter acesso aos dados relacionados ao trabalho na saúde. Então, no Cenits temos ofertado para os estados painéis da força de trabalho, painéis da segurança e saúde do trabalhador e análises epidemiológicas”, diz o diretor do Degerts/SGTES/MS.



FABIO RODRIGUES POZZEROM / ABR

Vínculo com o SUS

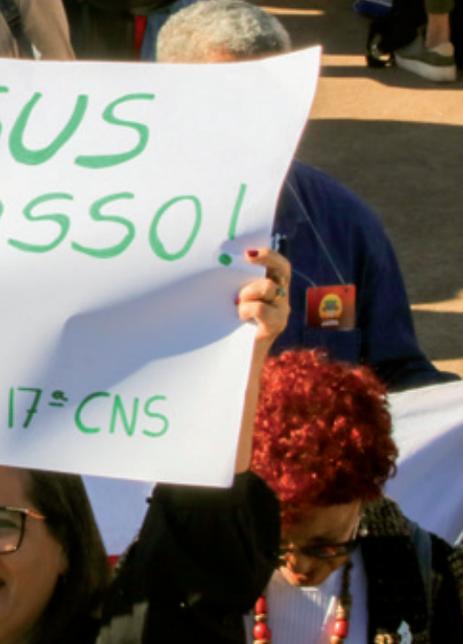
Outra preocupação de Almeida é a análise das diversas modalidades de contratação e vínculo adotadas por estados e municípios. De acordo com dados da SGTES enviados à Poli, 39,3% dos trabalhadores do SUS são funcionários públicos concursados, sendo a maioria estatutários e uma quantidade menor de empregados públicos; 24% são contratados via CLT e 35,5% por vínculos diversos, que incluem contrato temporário ou por tempo determinado, pessoa jurídica, estagiário, residente, cooperado, cargo comissionado e voluntariado. Segundo os mesmos dados, o SUS tem hoje 2,5 milhões de trabalhadores, embora a soma do número absoluto de tipos de pessoas em cada forma de contratação totalize 2,7 milhões, já que muitos desses profissionais têm mais de um vínculo.

Para aqueles que não são servidores públicos, a intermediação do contrato acontece por variadas formas jurídicas, como as Organizações Sociais (OS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), fundações ou empresas de terceirização. Esses são alguns exemplos das variadas formas de contratação existentes no SUS, que estão sendo mapeadas pela pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz) Márcia Teixeira, por encomenda do Degerts. O objetivo do departamento, diz Bruno Almeida, é fazer um mergulho nas formas de contratação para estruturar caminhos de regulação e garantir condições de trabalho decente. A pesquisa ainda está em andamento, mas Teixeira adianta que uma forma de vínculo até então pouco usual tem chamado a atenção: o credenciamento.

Essa forma de contratação está prevista na portaria nº 2.567/2016 e no ‘Manual de Orientações para Contratação de Serviços de Saúde’, lançado pelo Ministério da Saúde em 2017. O texto do manual reconhece que a modalidade não está expressamente prevista em lei, mas é



Fundamentais no Sistema Único de Saúde, Agente Comunitário de Saúde e Técnico de Enfermagem fazem busca ativa de moradores com vacina em atraso no Rio de Janeiro



TOMAZ SILVA / ABR



aceita pelos tribunais de contas. Como nas outras formas de terceirização, o credenciamento pode ser adotado quando estados e municípios entenderem que há uma demanda por equipamentos de saúde e trabalhadores maior do que a disponibilidade e, para isso, permite a contratação direta de pessoas físicas ou jurídicas, como clínicas médicas e profissionais especialistas em determinadas áreas. A preocupação da pesquisadora é dupla: por ser mais uma forma de vínculo instável e por dificultar a regulação do dinheiro destinado, uma vez que as diretrizes para realizar as contratações são bastante vagas. “As regras trabalhistas vão variar de acordo com cada contrato de gestão porque as legislações são omissas em relação a salários, número de equipes de saúde, não há detalhamento. Os gestores municipais e estaduais deveriam propor regras mais específicas para não permitir reduções salariais de um contrato para outro nas mesmas funções e número de equipes”, defende Teixeira.

Esses questionamentos, na verdade, valem para todas as formas de terceirização que prevalecem na Saúde. O principal argumento utilizado por estados e municípios para adotar contratos de terceirização é a necessidade de fugir das penalidades da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que limita o gasto com a contratação de trabalhadores em 54% da receita corrente líquida do Executivo municipal.

Carreira em debate

O documento orientador da 4ª CNGTES também destaca a importância de um Plano de Cargos e Carreiras para o SUS. Recentemente, a criação de uma carreira única interfederativa foi aprovada também entre as propostas da 17ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em julho de 2023, cujo relatório foi enviado para o Ministério da Saúde como contribuição para a elaboração do Plano Plurianual e para o Plano Nacional de Saúde. A proposição aprovada prevê o “financiamento tripartite, piso salarial nacional para todas as categorias profissionais, com contratação exclusiva por concurso público”. Em artigo de 2017 em que também defende a carreira única interfederativa, o professor da Universidade de São Paulo (USP) Paulo Capel Narvai explica que esse modelo estabelece uma definição nacional de todos os perfis profissionais necessários para o SUS e garante que eles seguirão as mesmas regras de progressão salarial. Para além da estabilidade do sistema e dos trabalhadores, Narvai advoga, no texto, que o modelo irá melhorar a capacidade de atendimento, pois ao se tratar de vínculos que não estão restritos a fronteiras municipais, é possível realizar um planejamento regional “com vistas à constituição de redes regionais de atenção à saúde”. Historicamente, estão em debate também outros modelos de carreiras para o SUS, como a divisão de carreiras por áreas temáticas e uma carreira específica para os médicos, por terem

médias salariais mais altas do que os demais profissionais.

Na verdade, os indicativos para estruturação de uma carreira no SUS são recorrentes em todos os documentos das Conferências desde 1986, mas o debate tem avançado pouco. Em relação à 17ª, o encaminhamento dado pelo MS em relação a essa proposição foi a criação da Comissão para Discussão e Elaboração de Proposta de Carreira no Âmbito do Sistema Único de Saúde (CDEPCA/SUS), por meio da Portaria nº 3.100/2024, com o prazo de um ano para a elaboração do texto. A previsão é de que a proposta seja concluída no segundo semestre deste ano, mas o diretor do Degerts, responsável por coordenar esse processo, não confirma que o texto esteja pronto para ser apresentado na Conferência Nacional em dezembro.

Um dos pontos de partida para a elaboração da nova proposta é o Protocolo nº 6, produzido pela Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS em 2006 e que traça orientações das previsões que devem constar em um Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) no SUS. De acordo com o documento, o plano precisa garantir a universalidade, de modo que todos os trabalhadores do Sistema sejam contemplados com a proposta, e a “equidade de oportunidades de desenvolvimento profissional em carreiras que associem a evolução funcional a um sistema permanente de qualificação, como forma de melhorar a qualidade da prestação dos serviços de saúde”.

De modo geral, explica Márcia Teixeira, a ampliação de uma carreira de servidores públicos no SUS é uma forma de trazer estabilidade para a vida pessoal dos trabalhadores e qualidade do serviço prestado à população. “A sociedade passa a contar com um corpo de profissionais que possuem um histórico daquela comunidade. Se a rotatividade é alta, você não gera um acúmulo de experiência e não consegue compreender as mudanças do perfil epidemiológico de uma região ou cidade”, ilustra. ●

CONFERÊNCIA COLOCA EM PAUTA O FORTALECIMENTO DO SUS COMO ESCOLA

Documento defende maior integração entre formação e sistemas locais de saúde e o fortalecimento da Educação Permanente

JULIANA PASSOS

Em seu terceiro e último eixo, o documento orientador da 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (CNGTES) se dedica à Educação nos mais diversos níveis. O papel da Educação Profissional e do Sistema Único de Saúde (SUS) como espaço de formação ganha destaque em item específico, em que o texto defende o “estímulo à integração da formação técnica, tecnológica e profissional com os sistemas locais de saúde, constituindo o SUS como uma escola”. Embora não se restrinja a esse nível de ensino, a concepção do SUS-Escola tem guiado a formação de técnicos em saúde desde a criação do sistema, numa perspectiva que abrange tanto a educação formal quanto estratégias variadas de Educação Permanente. Nos dois casos o foco está nos trabalhadores já inseridos no serviço e se dá a partir da problematização da prática cotidiana no espaço de trabalho orientados pelos princípios do SUS.

ETSUS como referência de SUS-Escola

Na Educação Profissional, o modelo da integração ensino-serviço, com processos de educação formal que se dão majoritariamente nas próprias unidades de saúde e tendo outros profissionais dos serviços como tutores, produziu muitos exemplos de práticas associadas a essa concepção de SUS-Escola. Entre os mais reconhecidos programas que atuaram neste modelo estão o Larga Escala, o primeiro destinado a qualificar os trabalhadores da saúde que já atuavam nos serviços, na metade da década de 1980, antes mesmo da criação do SUS. No começo dos anos 2000 veio o Profae, o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área da Enfermagem, destinado à formação de técnicos de enfermagem e, em 2010, o Profaps, Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde, que ampliou para nove o número de cursos técnicos ofertados sob a mesma perspectiva. E, em todos eles, a instituição que protagonizou o desenvolvimento dessa concepção de SUS-Escola foram as Escolas Técnicas do SUS (ETSUS), criadas pelo primeiro e responsáveis principais pelos outros dois.

Com o fim desses programas e outras iniciativas financiadas pelo Ministério da Saúde, a falta de recursos dificulta a continuidade do trabalho dessas instituições, que são, em sua maioria, vinculadas às secretarias estaduais de saúde – embora haja também algumas municipais ou ligadas às pastas de Educação e Ciência e Tecnologia – e sem orçamento fixo. “A maioria dessas escolas está ligada à gestão estadual. Então, se você tem uma gestão estadual comprometida, pode haver maior aporte de recursos. Mas a grande questão é a descontinuidade de recursos para que elas existam. O corpo docente é muito pequeno, muitos docentes são trabalhadores dos serviços de saúde e com alta rotatividade e, com isso, os esforços de capacitação acabam se perdendo”, analisa a professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), da Fiocruz, Márcia Valéria Morosini. Ela acrescenta que é necessário conferir maior autonomia a essas escolas, um orçamento constante para um planejamento de mais longo prazo, aumentar o corpo de profissionais e a capacidade de retê-los.

A diretora da Escola Técnica de Blumenau, Cláudia Lange, por exemplo, considera que, com o fim dos grandes programas formativos nacionais, as escolas ganharam mais autonomia para elaborar cursos para as especificidades regionais e descentralizar sua atuação. Mas a falta de recursos fez com que, em pouco tempo, as ações fossem paralisadas: desde 2017 a Escola encerrou os cursos técnicos de saúde bucal, enfermagem e vigilância sanitária oferecidos diante da falta de repasses. “Precisamos de recursos para manter as capacitações e também a infraestrutura das escolas, porque não adianta querer fazer se não há como. E sabemos que há escolas muito sucateadas. Com a proximidade da Conferência, estamos trabalhando nesse planejamento das demandas”, afirma, pontuando que essas instituições poderiam servir de

ACERVO ETSUS ENA GALVÃO



Profissionais da Escola Técnica do SUS Professora Ena de Araújo Galvão em atividade de formação de Agentes Indígenas de Saúde e Saneamento

apoio à comunidade em que estão inseridas também com outras estratégias, como aulas de alfabetização ou o retorno da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que conseguiram oferecer no passado.

A preocupação com a reativação de cursos técnicos está na SGTES, Secretaria está se articulando para retomá-los, não apenas em relação às ETSUS, mas às instituições que oferecem cursos na Educação Profissional em Saúde como um todo. “A SGTES tem fortalecido e ampliado o diálogo com a Rede de Escolas Técnicas do SUS e demais Escolas de Saúde Pública no sentido de estabelecer parceiras com estas e demais instituições de notório saber para ampliação da oferta de formação técnica e profissional em todo país”, informou a Secretaria, em nota enviada pela assessoria de imprensa. Entre os cursos que o Ministério da Saúde pretende financiar ainda

este ano estão o de Técnico em Saúde Bucal, inicialmente para 2,6 mil trabalhadores em 15 estados, e em Órtese e Prótese, com previsão de apenas 300 vagas. Já o documento orientador da Conferência não cita diretamente as ETSUS, principais exemplos do modelo SUS-Escola, apenas defende a integração entre formação e sistemas locais de saúde. Mas o debate sobre o SUS-Escola está também associado à Educação Permanente e seu fortalecimento consta como preocupação no texto, que defende ser preciso valorizar a troca de saberes entre os trabalhadores para formar ou consolidar redes de cuidado e padronização do atendimento. “É necessário enfrentar o reducionismo na construção do conhecimento dos territórios e a burocratização formalista dos modos de pensar e realizar a educação no trabalho e no ensino da saúde, de tal forma que os recursos financeiros da educação permanente em saúde sejam aplicados em todas as formas de fortalecer a capacidade de aprender a aprender no cotidiano do trabalho no sistema de saúde e na formação técnica e profissional em saúde, contribuindo para promover a reflexão crítica nos processos de trabalho”, diz o texto.

Formação privada

O documento orientador da Conferência trata ainda da precarização da formação dos trabalhadores da saúde e defende uma maior fiscalização dos cursos, por parte de estados e municípios, que em sua maioria são oferecidos por instituições privadas. Entre as consequências dessa concentração está uma formação de nível médio e superior em pouco diálogo com o SUS. Um levantamento realizado pelo Observatório dos Técnicos em Saúde da EPSJV/Fiocruz mostra que embora 88% dos trabalhadores técnicos em saúde atuem no SUS, sua formação é feita em 80% dos casos na rede privada de ensino. Para a também coordena-



Etapa estadual da Conferência realizada em julho, em Santa Catarina

ANA MELHADO / SES / SC

dora do Observatório, Márcia Valéria Morosini, os currículos desses cursos preocupam. “Nosso questionamento é em que medida esses planos de curso estão incorporando os princípios e diretrizes do SUS, um sistema que pretende ser universal, com atendimento integral, e que se orienta pela diretriz da equidade e um cuidado humanizado”, diz. Em resposta a essa concentração no ensino privado, a proposta da professora-pesquisadora é que haja uma maior destinação do dinheiro público para instituições públicas para que se fortaleçam todos os níveis de formação em saúde, desde os técnicos de nível médio até o ensino superior, passando pela educação permanente e cursos de especialização. “Gostaria que tanto estados quanto municípios e União oferecessem escolas públicas de forma articulada em quantidade suficiente para atender esses trabalhadores”, opina.

Em relação aos trabalhadores técnicos, Morosini defende que, junto ao fortalecimento das Escolas Técnicas do SUS, que se dedicam aos trabalhadores já inseridos nos serviços de saúde, é preciso investir também em outras instituições públicas que atuem na formação de jovens e novos profissionais, incentivando, principalmente, a implementação do Ensino Médio integrado à Educação Profissional em Saúde. “A rede que nos parece ter a melhor estrutura atualmente para oferecer essa formação é a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Entretanto, ela ainda atua pouco na área da Saúde”, diz. A pesquisadora explica que historicamente as escolas técnicas federais estiveram ligadas à formação para a indústria e para a agricultura e que, para essa mudança ser efetivada, é preciso uma ação conjunta entre os ministérios da Educação (MEC) e da Saúde. Com o anúncio da criação de 100 novos Institutos Federais pelo governo federal, a expectativa da professora-pesquisadora é de que parte dessa estrutura possa incorporar cursos da área. “A gente gostaria que essa Rede, que tem capacidade de disputar com o setor privado e modificar a realidade daqueles jovens que estão em busca de formação profissional, tenha a opção de realizar sua formação na área da saúde”, diz. ●



KARLA BOUGHIOFF



A GENTE NÃO É MÃO DE OBRA BARATA”

Hugo Silva

Revoga a Reforma ou paramos o Brasil'. O grito ecoava por quase todo o auditório em que acontecia a edição extraordinária da Conferência Nacional de Educação, em janeiro deste ano, mas era fácil perceber que o foco da empolgação - e da indignação - eram grupos de jovens que se manifestavam em defesa da escola pública, vestindo camisas e hasteando bandeiras da Ubes, a União Brasileira de Estudantes Secundaristas. A briga, naquele momento, era contra o Novo Ensino Médio (NEM), que mostrava resultados preocupantes, denunciados até nas páginas dos jornais. Essa continua sendo a prioridade da Ubes, como afirma nesta entrevista Hugo Silva, estudante do Instituto Federal de São Paulo, que acaba de tomar posse como novo presidente da entidade. Mas o cenário mudou: agora a representação nacional dos estudantes entende que, com a nova versão do NEM, que acaba de ser sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, chegou-se o mais perto possível da revogação da Reforma que começou em 2016, apesar de ainda serem necessárias mudanças. Mas, tanto para garantir a melhoria do Ensino Médio quanto para incrementar a Educação Profissional e facilitar o acesso dos jovens da classe trabalhadora ao ensino superior, ele lembra que a pauta da Ubes se completa com a luta pela ampliação do orçamento educacional e pela valorização da escola pública.

CÁTIA GUIMARÃES

VOCÊ ACABOU DE TOMAR POSSE COMO NOVO PRESIDENTE DA UBES. QUAIS SÃO AS PRIORIDADES DA ENTIDADE NESTE MOMENTO?

A nossa luta principal é enterrar o Novo Ensino Médio, o que já está acontecendo em certa medida. E logo após isso, lutar pela valorização da escola pública de fato: a luta pelo orçamento, pela merenda de qualidade, pelo chão da escola pública. A nossa luta vai ser árdua, porque no Brasil ainda temos um orçamento muito baixo para a Educação. A gente ainda precisa superar muitas questões, como a conectividade, a merenda de qualidade, a falta de professor, estrutura... Tudo isso vai ser pauta da Ubes.

A CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DESTES ANOS DECIDIU, COMO PRIORIDADE, QUE A REFORMA DO ENSINO MÉDIO DEVERIA SER REVOGADA. A UBES FOI UMA VOZ BASTANTE IMPORTANTE PARA DEFENDER ISSO. NO ENTANTO, ACABOU DE SER APROVADA UMA NOVA VERSÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO, QUE TRAZ MUDANÇAS MAS MANTÉM ASPECTOS DA REFORMA ORIGINAL. MESMO ASSIM VOCÊS CONSIDERAM QUE A REFORMA DO ENSINO MÉDIO ESTÁ SENDO ENTERRADA?

É que a gente avalia aqui na Ubes que para conseguirmos revogar algo, precisa colocar alguma coisa no lugar. E a nossa avaliação é que [o Ensino Médio] não poderia voltar a ser o que era antes. Queríamos tirar o novo Ensino Médio, óbvio, isso é imprescindível, mas também

não queríamos voltar ao modelo anterior, que fazia com que muitos de nós desistíssemos de estudar, que fazia com que muita gente não conseguisse entrar na universidade. Então, a luta era para substituir por algo melhor. Incansavelmente, a gente foi para a rua, se mobilizou, passou em escola, para entender qual era a opinião dos estudantes secundaristas. E, a partir disso, apresentamos junto do Ministério da Educação, aos secretários estaduais de educação e diversas instituições de Educação um Projeto de Lei sobre o Novo Ensino Médio [PL 5.230/2023]. Infelizmente, com a Câmara [dos Deputados] mais conservadora da história do Brasil, teve uma desvirtuação desse projeto. Muitos pontos importantes colocados no projeto foram desvirtuados. A nossa luta a partir dali se deu para ter um projeto que tivesse a nossa cara e que não fosse desvirtuado. A gente entende que muitos avanços aconteceram, o que, inclusive, possibilitou hoje que chegássemos ao patamar mais próximo de revogação.

QUAIS ERAM OS PROBLEMAS PRINCIPAIS DO ENSINO MÉDIO ANTES DA REFORMA, QUE VOCÊ AFIRMA QUE A UBES NÃO QUER REPRODUZIR AGORA?

Primeiro, a gente não tinha uma formação integral dos estudantes. A Formação Geral Básica deixava muito a desejar. Os nos-

“ sos horários, as nossas disciplinas eram sempre terceirizadas ou deixadas de lado, não tinha nenhum tipo de concentração por exemplo, para as provas de vestibular, de Enem [Exame Nacional do Ensino Médio]. Isso dificultava muito, por exemplo, o sonho de entrar na universidade pública. Hoje, com o novo projeto de Ensino Médio que a gente construiu, conseguimos manter as 2.400 horas para a Formação Geral Básica, respaldada pela Lei de Diretrizes e Bases e pela Constituição, o fim dos itinerários formativos e a implementação dos percursos formativos, que garantem um reforço para fazer o vestibular. Então, se o estudante quer fazer medicina, ele vai poder ter um percurso formativo de reforço de biologia, química, redação, que ajuda que ele consiga chegar à universidade com mais qualidade. É algo significativo que mudou a partir desse projeto.

“ NÃO TEM COMO OFERECER UMA ESCOLA INTEGRAL COM O QUE A GENTE TEM HOJE PORQUE AINDA EXISTEM ESCOLAS QUE NÃO TÊM ÁGUA, POR EXEMPLO, QUE NÃO TÊM QUADRA, NÃO TÊM TELHADO, NÃO TÊM QUADRO NEGRO”

MAS UMA DAS CRÍTICAS QUE SE FAZ À REFORMA DESDE O INÍCIO É QUE, NA PRÁTICA, AS ESCOLAS NÃO TÊM CONDIÇÕES DE OFERECER VÁRIOS PERCURSOS FORMATIVOS. E A LEI NÃO EXIGE QUE ELAS OFEREÇAM TODOS. COMO GARANTIR, ENTÃO, QUE HAJA ESSE APROFUNDAMENTO DE ESTUDOS PARA O INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR?

Essa luta passa por garantir mais orçamento para a escola pública. Porque se temos uma escola pública que tem estrutura, com contratação de professores, não teremos impedimentos para aplicar esses percursos formativos. Hoje, com o orçamento que a gente tem, não é possível. Então, a nossa luta aqui vai ser para garantir que tenha mais orçamento. A gente tem que garantir uma escola pública robusta. E os percursos formativos vêm no sentido também de reforçar, por exemplo, o que já se tem de aula na escola. Se hoje já tem aula de geografia, seria um reforço. Óbvio que vai requerer contratação de professor, concurso e tudo mais. O esforço aqui da Ubes vai ser lutar justamente por mais orçamento, por mais contratação de professor, por valorização da escola pública e garantir que isso aconteça. É objetivo, inclusive, desse novo modelo de Ensino Médio, que as escolas, com o passar do tempo, vão se tornando integrais. Mas esse vai ser um debate que passa diretamente pelo orçamento. Não tem como oferecer uma escola integral com o que temos hoje porque ainda existem escolas que não têm água, por exemplo, que não têm quadra, não têm telhado, não têm quadro negro. A gente precisa mais do que nunca colocar como prioridade de luta a pauta pelo orçamento da escola pública. Inclusive [a nova lei do Ensino Médio] vai ser aplicada a partir de 2025, então hoje a gente tem que brigar com a Câmara dos Deputados para conseguir garantir uma lei orçamentária que esteja adequada para que o Ministério da Educação consiga executar esse orçamento com qualidade.

O PL 5.230/2023 FOI PARA A CÂMARA, TEVE A RELATORIA DO DEPUTADO MENDONÇA FILHO, QUE O MODIFICOU BASTANTE, DEPOIS FOI PARA O SENADO, QUE FEZ MUDANÇAS QUE ATENDIAM A PARTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E, QUANDO VOLTOU PARA A CÂMARA, FOI NOVAMENTE MODIFICADO, INCLUSIVE NUMA VOTAÇÃO POLÊMICA. PASSADO ESSE PERCURSO, QUAL A AVALIAÇÃO DE VOCÊS SOBRE O RESULTADO FINAL, QUE FOI AGORA SANCIONADO PELO PRESIDENTE LULA? EXISTEM DIFERENÇAS SUBSTANCIAIS EM RELAÇÃO AO PROJETO ORIGINAL DESTES GOVERNO, QUE A UBES AJUDOU A CONSTRUIR?

Conseguimos a manutenção de muitas pautas importantes que a gente colocou no projeto, como as 2.400 horas [para a Formação Geral Básica], o fim dos itinerários formativos e a transformação em percursos [formativos], e o fim do notório saber para o ensino regular. Muitos pontos que a gente questionava nas ruas se mantiveram [modificados]

no projeto, embora ainda tenha alguns pontos a serem superados. O texto do Senado deu uma melhoria, mas, infelizmente, a parte importante do texto foi vetada pela Câmara dos Deputados. A gente não conseguiu garantir, por exemplo, o espanhol como a 13ª disciplina obrigatória em um país que é o único da América Latina que não fala espanhol. Além disso, estamos falando dos filhos da classe trabalhadora, que estão inseridos na escola pública, que vão concorrer no mercado de trabalho e na universidade com os filhos dos empresários que já falam inglês, espanhol, francês. Então, o espanhol é muito importante. A gente fala aqui também do Ensino Médio noturno, que passou a não ser obrigatório por conta do texto da Câmara e prejudica o Ensino de Jovens e Adultos. Então, muitos pontos ainda precisam ser melhorados e isso só vai se dar a partir da nossa luta na rua, pressionando tanto a Câmara quanto o Ministério da Educação para que, de alguma forma, a gente consiga resolver isso.

ALGUMAS DAS PRINCIPAIS CRÍTICAS QUE SE MANTÊM À VERSÃO ATUAL DO NOVO ENSINO MÉDIO DIZEM RESPEITO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: A CARGA HORÁRIA DE FORMAÇÃO GERAL MENOR PARA QUEM CURSAR O ITINERÁRIO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, A POSSIBILIDADE DE SE TER PROFESSOR SÓ COM NOTÓRIO SABER, A POSSIBILIDADE DE PARCERIA COM INSTITUIÇÕES PRIVADAS E A VALIDAÇÃO DA APRENDIZAGEM PROFISSIONAL COMO CARGA HORÁRIA PARA A FORMAÇÃO GERAL BÁSICA. QUAL A AVALIAÇÃO DA UBES SOBRE O IMPACTO DA REFORMA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL?

A nossa luta era para garantir as 2.400 horas da Formação Geral Básica também para o Ensino Profissional, mas a gente está inserido no Brasil, que é o Brasil das disputas, né? E o ensino profissional é muito disputado.

“

O QUE NÃO FALTA SÃO MODELOS DE ENSINO PROFISSIONAL NO BRASIL, MAS INFELIZMENTE FICAMOS INSISTINDO NESSAS FUNDAÇÕES, INSTITUIÇÕES PRIVADAS QUE **QUEREM ABOCANHAR UM POUCO DO NOSSO ORÇAMENTO PÚBLICO**”

Hoje, inúmeras fundações [empresariais da Educação] estão interessadas na Educação Profissional para conseguir inserir a tal Educação Bancária e a educação dessas fundações no ensino público brasileiro. Com muita briga, conseguimos deixar as 2.100 horas [de Formação Geral Básica para quem cursa a formação profissional]. A gente avalia isso muito negativamente, porque o ensino profissional de qualidade é o ensino profissional das escolas técnicas estaduais, que são muito precárias, mas são boas. Também tem os ensinamentos dos Institutos Federais, que são muito importantes. Então, o que não falta são modelos de ensino profissional no Brasil, mas infelizmente ficamos insistindo nessas fundações, instituições privadas que querem abocanhar um pouco do nosso orçamento público.

O PRESIDENTE LULA SANCIONOU A LEI DO NOVO ENSINO MÉDIO COM VETOS APENAS AOS TRECHOS QUE SE REFERIAM A MUDANÇAS NO ENEM. QUAL A AVALIAÇÃO DA UBES SOBRE ISSO? A ENTIDADE DEFENDIA OUTROS VETOS?

Eu acho que esse veto [à cobrança de conteúdos] dos itinerários [formativos] nos vestibulares é muito importante porque isso diz sobre a nossa entrada na universidade. O principal objetivo da escola pública brasileira hoje é apresentar uma nova perspectiva para a juventude e isso se mostra a partir da universidade, da entrada do povo da classe trabalhadora na universidade pública. Então, esse veto foi muito importante, inclusive, para estabelecer aquilo que a gente chama de educação propedêutica. Mas existiam outros vetos que precisavam ser feitos. Como, por exemplo, o veto à retirada da obrigatoriedade do Ensino Médio noturno das escolas brasileiras. É muito ruim não ser obrigatório para as escolas públicas brasileiras oferecerem o Ensino Médio noturno. Porque

isso prejudica muito a Educação de Jovens e Adultos. E a gente está falando aqui da classe trabalhadora do nosso país, que precisa trabalhar, mas que também precisa estudar e precisa de formação garantida. Outra questão que poderia ser vetada também, que é muito importante, é a questão do notório saber no ensino técnico, que é fazer com que os estudantes de ensino técnico tenham aulas com pessoas que não são formadas [portanto, adquiriram conhecimento pela experiência prática]. A gente precisa fazer com que, de alguma forma, isso seja modificado.

A UBES TEM AFIRMADO A IMPORTÂNCIA DE SE GARANTIR A “APLICAÇÃO EFETIVA” DAS 2.100 HORAS DE FORMAÇÃO GERAL BÁSICA NO PERCURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO. SE ISSO JÁ FOI APROVADO NA LEI SANCIONADA, POR QUE A ENTIDADE TEM MANIFESTADO ESSA PREOCUPAÇÃO?

Estamos no Brasil, onde tem governos estaduais muito alinhados com aquilo que a gente não acredita para educação pública brasileira. E quando falamos em aplicar efetivamente essas horas para o ensino brasileiro, é lutar para conseguir ter aula de verdade, de português, matemática, história, geografia, de acordo com a LDB, inclusive. Porque no último período passamos por um processo tão difícil no nosso país que tinha estudante tendo aula sobre vídeos do MBL [Movimento Brasil Livre] ou sobre como fazer brigadeiro caseiro. Isso não é aplicar o que a gente acredita que é a Formação Geral Básica. Precisa aplicar o que é básico, o que é geral, o que é formação. Então, quando a gente fala ‘efetivo’, é para aprender de verdade.

PELA EXPERIÊNCIA DA UBES, EU QUERIA QUE VOCÊ FALASSE SOBRE A PERCEPÇÃO E AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES BRASILEIROS EM RELAÇÃO À PRIMEIRA VERSÃO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO, QUE ESTÁ EM VIGOR ATÉ AGORA E SERÁ

MODIFICADA COM A NOVA LEI QUE ACABA DE SER SANCIONADA. OS JORNAIS FALARAM SOBRE AULAS DE BRIGADEIRO GOURMET E OUTROS DESVIOS, HOVE PESQUISAS SOBRE A OPINIÃO DOS JOVENS, MAS EU QUERIA QUE VOCÊ FALASSE A PARTIR DA SUA EXPERIÊNCIA PESSOAL COMO ESTUDANTE E COMO MILITANTE JUNTO A OUTROS ALUNOS.

“

A NOSSA LUTA AQUI ERA, SOBRETUDO, NA DEFESA DO QUE É PÚBLICO, DO PATRIMÔNIO QUE É NOSSO, **MAS TAMBÉM NA DEFESA DA ESPERANÇA DO JOVEM BRASILEIRO, DO ESTUDANTE, DE ACHAR UMA PERSPECTIVA E UM FUTURO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO**”

Eu estudei numa escola de ensino técnico, que era a instituição da Faetec. Lá o Ensino Médio era diferente, mas eu convivía com muita gente da Seduc [Secretaria Estadual de Educação] que tinha esse Novo Ensino Médio e, na prática, isso só serviu para precarizar a nossa escola pública, para fazer com que a nossa escola pública não estivesse à altura do que é o Brasil, do que é a potencialidade do nosso país. Rebaixar o Ensino Médio brasileiro a aula de TikTok e brigadeiro caseiro é desvalorizar mesmo aquilo que é público no nosso país. Esse foi um processo que não começou só na es-

cola pública, não aconteceu só na área de Educação, aconteceu nos diversos setores, que tinha o objetivo central de acabar com tudo que era público. Esse Ensino Médio brasileiro veio precarizar a nossa escola, esse bem que é tão precioso para o povo brasileiro, mas também veio para tirar toda a expectativa, toda a perspectiva, toda a esperança do estudante de ter algo melhor, de enxergar na Educação uma possibilidade. Então, a nossa luta aqui era, sobretudo, na defesa do que é público, do patrimônio que é nosso, mas também na defesa da esperança do jovem brasileiro, do estudante, de achar uma perspectiva e um futuro através da Educação. Na prática, esse projeto veio justamente para acabar com tudo isso.

A UBES TEM SEGURANÇA EM AFIRMAR QUE A MAIORIA OU PARTE SIGNIFICATIVA DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO NÃO ESTAVAM SATISFEITOS COM A REFORMA TAL COMO ELA TINHA ACONTECIDO ATÉ AGORA?

Sim, é possível afirmar que os estudantes não estavam satisfeitos com esse Ensino Médio. Podemos apresentar tanto a consulta pública do Ministério da Educação, como a nossa nota técnica, que também passou por uma série de perguntas bem respondidas, tem as nossas passagens em sala [de aula]... Não falamos só com a nossa base ativa, a gente passa em muita sala, conversa com muitos estudantes. E todos eles têm a mesma percepção de que esse Novo Ensino Médio não cabe para eles e que precisava acabar.

O MINISTRO DA EDUCAÇÃO, CAMILO SANTANA, SE COMPROMETEU A ENVIAR PARA O CONGRESSO UM PROJETO DE LEI PARA UM NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO QUE RESPEITASSE AS DECISÕES DA CONAE. O PL 2614/2024, QUE PROPÕE UM NOVO PNE, FOI ENTREGUE PELO GOVERNO E ESTÁ TRAMITANDO NA CÂMARA. QUAL A AVALIAÇÃO DA UBES SOBRE O

TEXTO? ELE ATENDE ÀS DEMANDAS DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO?

Eu, inclusive, estava na entrega [do PL] ao Congresso Nacional, junto com o presidente Lula e com o ministro. Mas a gente apresentou algumas preocupações. Primeiro, que a gente não podia chegar daqui a dez anos com o mesmo resultado, porque é absurdo chegar dez anos depois do lançamento de um Plano Nacional de Educação e quase nenhuma meta ter sido atingida [como pesquisas mostraram que aconteceu com o PNE 2014-2024, que se encerra este ano]. É muito absurdo. E também lançamos o desafio de ampliar a meta da conectividade das escolas, que é uma pauta da Ubes muito importante. Muita gente não tem acesso à informação. [Esse] é o principal meio de comunicação do nosso país hoje, então, [tem que] ampliar isso. E colocamos algumas questões como, por exemplo, a [importância] de se fazer uma grande campanha em defesa [do investimento de] 10% do PIB [Produto Interno Bruto] para a Educação, que infelizmente passou por um processo de desmonte. A gente não ia abrir mão desses 10% do PIB para a Educação.

UMA DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS DO ATUAL GOVERNO FEDERAL PARA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO É O PROGRAMA 'PÉ DE MEIA', QUE GARANTE UMA BOLSA PARA ESTUDANTES, VISANDO COMBATER AS DESIGUALDADES SOCIAIS NA ESCOLA E GARANTIR A PERMANÊNCIA DOS ALUNOS. EU QUERIA QUE VOCÊ DISSESSE COMO A UBES AVALIA O 'PÉ DE MEIA' E COMENTASSE OUTRAS INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS QUE VOCÊS ACHAM RELEVANTES PARA ESSE SEGMENTO.

Para nós, o 'Pé de Meia' é a principal política de combate à evasão escolar no nosso país. É essencial, importantíssimo para o nosso país. Inclusive, foi algo que a gente [a Ubes] pensou e apre-

sentou para o governo. Óbvio que eles batizaram, deram o nome e tudo mais, mas foi uma coisa que a gente pensou e apresentou para o governo. Inclusive, a última presidente da Ubes, a Jade Beatriz, é a embaixadora do 'Pé de Meia'. E nós conseguimos ampliar [o programa] para a galera que tem acesso ao CadÚnico. A nossa luta é para que aumente o valor e chegue para todo mundo. Outra política importante foi justamente a ampliação dos Institutos Federais, que para a gente é o melhor modelo de Educação já visto no nosso país e que precisa mesmo ser ampliado, replicado. Então, a gente está aqui para garantir a manutenção dos que já existem, mas também a valorização dessa ampliação.

“

A GENTE NÃO QUER APERTAR PARAFUSO,

A GENTE QUER CRIAR UMA MÁQUINA QUE APERTE O PARAFUSO PARA A GENTE”

A UBES REPRESENTA OS ESTUDANTES SECUNDARISTAS, SEGMENTO QUE INCLUI OS ESTUDANTES DE CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS OU CONCOMITANTES AO ENSINO MÉDIO. QUAIS AS PRINCIPAIS PAUTAS DA UBES PARA ESSES ESTUDANTES E PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL?

Em primeiro lugar, é o orçamento. Não tem como falar de escola técnica sem lutar por orçamento. A gente passou por longos anos de governo [Jair] Bolsonaro com os Institutos Federais com orçamento quase zero, vivendo de Emenda Parlamentar. Tivemos que fazer vaquinha para comprar luva para atuar em laboratório. Isso é muito absurdo. Então, a luta por orçamento é primordial. Mas tem também a luta por um ensino técnico que não seja tecnicista, que não esteja voltado apenas para a formação para o mercado de trabalho, porque a gente não é mão de obra barata. A gente não quer apertar parafuso, a gente quer criar uma máquina que aperte o parafuso para a gente. Então, precisamos ter um ensino técnico que esteja tanto a serviço do desenvolvimento nacional, quanto a serviço da ciência nacional. A luta é por um ensino técnico que esteja alinhado à pesquisa, à extensão, à comunidade. Tudo isso são pautas que são do ensino técnico e que precisam de muita atenção. Inclusive, é importante falar aqui do ensino técnico estadual, que em muitos lugares é precarizado e precisa de atenção. A nossa luta é por valorização desses estudantes e dessas escolas técnicas estaduais em relação ao orçamento, à estrutura, mas também em relação à ideologia, ao que a gente acredita, à pedagogia. ●

Papel da gestão municipal no controle de desastres

Especialistas alertam que eventos extremos, que derivam principalmente das mudanças climáticas, são um desafio do presente que, além de ações globais, requerem um enfrentamento no nível local

CÁTIA GUIMARÃES

Os prefeitos que hoje governam os mais de 5 mil municípios brasileiros foram eleitos em 2020. “Praticamente na década anterior”, realça Regina Alvalá, vice-presidente do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, o Cemaden. Claro que o intervalo entre um pleito e outro não mudou – e é por isso que, em outubro deste ano, você vai voltar às urnas para escolher vereadores e o próximo gestor da sua cidade. Mas, quando o assunto são os efeitos concretos das mudanças climáticas, a percepção de muitos especialistas é que o tempo, de fato, acelerou. “Até a década anterior, a gente destacava muito: ‘Olha, os eventos extremos vão ficar mais intensos, os eventos climáticos vão ficar mais frequentes’. Mas a conjugação do verbo sempre parecia que era para o futuro. E, neste momento, [os eventos extremos] não vão ficar: eles já ficaram”, alerta Alvalá, que completa: “Os gestores das cidades precisarão colocar no rol de prioridade as questões ambientais. Se for colocar numa lista os dez itens prioritários com que os governantes precisarão lidar, certamente as questões ambientais e climáticas precisam estar no top três”.

Os números não deixam dúvidas: num intervalo de pouco mais de 20 anos, entre 1991 e 2012, foram registrados no Brasil 38.996 desastres, que atingiram mais de 126 milhões de pessoas, de acordo com o Atlas Brasileiro de Desastres Naturais. Já nos nove anos seguintes, entre 2013 e

2022, foram mais de 50 mil, segundo estudo da Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Além disso, considerando a série histórica do Cemaden, que começou em 2011, 2023 bateu um recorde, com 1.161 desastres, número que considera o monitoramento de apenas 1.038 municípios, que correspondem a 56% da população brasileira. Para se ter uma ideia, dez anos antes, em 2013, esse total não chegava a 300. “Os eventos extremos estão acontecendo com mais frequência e são mais intensos”, garante Alvalá.

Desastres e eventos extremos

Por trás desses números estão tragédias concretas, como as recentes inundações no Rio Grande do Sul e os incêndios em vários locais do Centro-Oeste, que causaram mortes, doenças e migrações forçadas, entre muitos outros efeitos de curto e longo prazo. E, por trás dessas tragédias, está a convergência entre eventos extremos – como as fortes chuvas e as ondas de calor – e cidades despreparadas para resistir a eles. Portanto, esses fenômenos não são sinônimos. “A ameaça é natural, mas o desastre é uma combinação entre suscetibilidade e vulnerabilidade”, explica Regina Alvalá, justificando por que, apesar de a palavra ainda constar na sigla do Cemaden, os especialistas já não restringem os desastres ao seu caráter “natural”. A urbanista Maria Fernanda Lemos, professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), completa: “O risco é a combinação entre aquilo que é uma ameaça climáti-

ca num determinado lugar e as vulnerabilidades desse lugar”.

Isso significa que, em paralelo aos esforços (globais) de frear as mudanças climáticas, são necessárias também ações (locais) para adaptar as cidades de modo a prepará-las para essas novas condições. E é exatamente aqui que entra o papel da gestão municipal no enfrentamento desse problema. “Mudanças climáticas [referem-se a] um processo que é global e que se relaciona com uma alteração bastante acentuada do ciclo do clima e das águas. E daí resultam os eventos extremos relacionados a mudanças climáticas e os desastres envolvendo muita ou pouca água, muito frio ou muito calor. Então, obviamente, o enfrentamento das mudanças climáticas exige políticas no âmbito global. Mas, ao mesmo tempo, não há como não olhar simultaneamente para os processos que se dão no nível local e municipal”, explica Carlos Machado, coordenador do Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde (Cepedes), da Fiocruz. Não é por acaso, inclusive, que, no Brasil, o Cemaden monitora, diariamente, 1.133 municípios (esse número ampliou em abril) que têm histórico de desastres desse tipo. “Mas o fato de a minha cidade não estar nesse rol não significa que por ventura ela não possa daqui a pouco também estar sendo mais impactada”, avisa Alvalá.

Por tudo isso, para entender o papel da gestão municipal no enfrentamento desse problema, é preciso dividir o cenário em dois: a capacidade de reagir ao desastre do momento em que ele acontece e a necessidade de preparar as cidades para resistir aos desastres futuros.



Enfrentando um desastre iminente

Para dar a resposta inicial nos momentos em que as chuvas, secas, ondas de calor e outros eventos extremos estão prestes a acontecer ou já estão ocorrendo, a estrutura com a qual as prefeituras contam principalmente é a defesa civil. São esses os órgãos para os quais o governo federal, por meio do Cenad, Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres, envia alertas quando o trabalho de monitoramento (que, por sua vez, é feito pelo Cemaden) identifica o risco de algum fenômeno que possa atingir as cidades.

A depender do nível do alerta, os municípios devem acionar as estruturas da defesa civil e outros serviços. Nesse momento, são necessárias medidas como a evacuação da população em área de risco, seu deslocamento para locais seguros e a preparação das unidades de saúde e hospitais para atendimento das pessoas atingidas e acompanhamento daquelas que estão nos abrigos. E, embora em meio aos desastres, seja importante e desejável a ação conjunta com os governos estadual e federal, como se viu recentemente no caso das mais de 470 cidades atingidas pelas chuvas no Rio Grande do Sul, Carlos Machado explica que é papel da gestão municipal “estruturar os órgãos de proteção e defesa civil” e articular os outros órgãos.

Isso coloca já um primeiro desafio para os gestores que estarão à frente dos municípios brasileiros a partir de 2025. Hoje, cidades grandes e com mais recursos – como o Rio de Janeiro – muitas vezes têm o seu próprio sistema de monitoramento, que permite uma preci-

são maior dos alertas. E com uma informação mais qualificada, fica mais fácil preparar a resposta com mais antecedência e eficácia. Mas essa está longe de ser a regra no país. “Em nível nacional, a maior parte dos municípios, que são pequenos, não têm nem condições de preparo e estruturação de órgãos de defesa civil para acionar o sistema de alerta”, descreve Machado. E, para o pesquisador, o caminho de superação dessa carência passa por organizar processos de regionalização ou consórcios entre municípios, a exemplo do que existe na área da Saúde. Ele exemplifica com a recente tragédia das chuvas no Rio Grande do Sul, lembrando que na região do Vale do Taquari, mais de 30 municípios pequenos, com população média em torno de 10 mil pessoas cada um, foram muito afetados pelas chuvas. Outra cidade fortemente atingida foi a capital, Porto Alegre, que tem 1,3 milhões de habitantes. “Porto Alegre tem uma capacidade de arrecadação, estruturação e preparação muito maior que esses municípios. Se eu pego esse conjunto de municípios e cada um tem um órgão de proteção e defesa civil precário, não é bom para ninguém. Então, eu acho que seria importante a gente pensar em processos de regionalização ou consórcios, inclusive estruturando melhores sistemas de monitoramento hidrológico, meteorológico e radares, por exemplo, que são caros e exigem manutenção. É necessário pensar arranjos que possibilitem a um conjunto de municípios pequenos que integram a região se estruturarem de forma melhor”, defende. E conclui: “Independentemente do tamanho, todos vão ter que estar preparados”.

Preparando a cidade para eventos extremos

Mas quando alertam que os efeitos das mudanças climáticas sobre as cidades já se tornaram uma realidade e que a tendência é piorar, os entrevistados desta reportagem estão mirando principalmente a necessidade de os próximos gestores investirem em medidas de adaptação que preparem as cidades para eventos extremos futuros. Não que toda responsabilidade sobre o enfrentamento desses problemas seja dos municípios, mas eles são unânimes em afirmar que é no nível local, das cidades, que as principais mudanças precisam ser feitas.

Você provavelmente já ouviu falar em ‘cidades sustentáveis’.

Mas o agravamento – ou a maior consciência – sobre os efeitos das mudanças climáticas trouxe uma nova convicção: de que não é possível ser sustentável sem ser resiliente. “[Resiliência] é a capacidade de me manter sem danos permanentes ou sem colapsar quando eu for atingida por uma ameaça climática – uma chuva intensa, uma seca prolongada ou mesmo a elevação do nível do mar, que é uma mudança pontual e não um evento extremo”, explica Maria Fernanda Lemos, que ilustra: “Choveu para caramba e a cidade não parou, não colapsou. Algumas pessoas tiveram que ficar em algum lugar esperando a chuva passar para poder chegar em casa. Algumas ruas alagaram, mas sem invadir as casas e destruir tudo. Eu tinha, por exemplo, um sistema de transporte estrutural que se manteve porque estava numa rota segura, adaptado para conseguir circular ainda no momento de chuva mais intensa para as pessoas poderem escapar de onde elas estavam”.

Isso significa que, de um lado, é possível e necessário desenvolver ações que, do nível local ao global, reduzam o agravamento das mudanças climáticas – processo que se chama de “mitigação” e se expressa, por exemplo, em medidas de redução da emissão de gases do efeito estufa. De outro, no entanto, os impactos do ‘estrago’ que se fez até aqui já são concretos e constantes, sem contar as consequências da variabilidade natural do clima, que não estão relacionadas às mudanças climáticas mas também podem ser desastrosas para as cidades e suas populações. Pois é para que a parte desses fenômenos que se tornou inevitável não se



transforme em desastre que é necessário um novo modelo de planejamento urbano. Ser resiliente, então, explica Lemos, é atuar para que o impacto desses eventos seja passageiro. “Depois que o evento cessa, eu me acomodo e encontro um novo estado de equilíbrio”, diz.

Os exemplos citados pela pesquisadora já dão a pista de que esse esforço de adaptação envolve um conjunto muito mais amplo de políticas e estruturas da gestão municipal, além de ser, necessariamente, um processo de longo prazo. E esse é, sem dúvida, um desafio para os gestores, já que, como ressalta Lemos, tornar uma cidade resiliente é prepará-la para “um futuro que não é amanhã nem é o do final do governo que está acontecendo”. A política de responsabilidade municipal com efeito direto mais perceptível sobre os desastres talvez seja a de uso e ocupação do solo. Você certamente se lembra de tragédias causada pelo deslizamento depois de chuvas fortes em vários locais do país. E provavelmente também se recorda do quanto essas situações reativam o debate sobre o direito de construir em área de risco. Lemos explica que, do ponto de vista do planejamento urbano, é preciso escapar de “soluções fáceis”, como o discurso que se limita a cobrar a realocação das pessoas que moram nesses territórios. Ela ressalta que, como a maioria da população que ocupa essas áreas – em encostas ou na beira dos rios – é do extrato mais pobre, essas medidas isoladas apenas “reproduzem aquela vulnerabilidade” em outro lugar, por exemplo, deslocando as pessoas para regiões mais distantes, onde, sem um sistema de transporte que atenda às suas necessidades e carências, elas novamente se colocarão em risco. “O problema mesmo não está naquele território específico, está na falta de acesso das pessoas à habitação digna”, diz, concluindo com

o que ela julga ser o aspecto mais importante de um planejamento que vise tornar as cidades resilientes: “Na origem de quase todas as vulnerabilidades das cidades está a desigualdade socioeconômica”.

Para quem enfoca os desastres climáticos pensando apenas no efeito imediato do evento extremo que o causou, pode ter parecido estranho, por exemplo, a falta de água potável que afetou vários municípios do Rio Grande do Sul em meio à tragédia recente causada pelas chuvas. Trata-se, na verdade, dos “efeitos em cascata” que esses fenômenos geram e que, portanto, requerem um planejamento e ações de adaptação das cidades em várias áreas. Assim, também é fundamental para tornar as cidades resilientes uma política de transporte que garanta não apenas o deslocamento das pessoas como o abastecimento de alimentos – que podem faltar no momento de um desastre. “Na hora que a comida faltar, o rico vai pagar o sobrepreço e o pobre vai morrer de fome ou comer no lixo”, compara Lemos, reforçando o peso que o combate à pobreza e à desigualdade precisa ter nas prioridades dos gestores que querem que a cidade tenha condições de resistir.

Da mesma forma, as políticas de saneamento são essenciais para que uma cidade consiga não colapsar quando precisar enfrentar eventos extremos. “Na hora da enchente, as pessoas ficam afogadas na água da chuva com esgoto”, comenta Lemos, para destacar que se trata de problemas “articulados”. E, nesse ‘combo’ de demandas, entram também as questões (e a necessidade de planejamento e ações novas) relacionadas à saúde da população. No momento em que esta reportagem foi finalizada, o estado do Rio Grande do Sul tinha contabilizados mais de 540 casos confirmados e 25 mortes por leptospirose, doença cuja contaminação, que se dá pelo contato com a urina do rato, pode aumentar em situações de enchente. Mas há riscos também na situação inversa: a existência de regiões que não têm acesso à água encanada faz com que, principalmente em períodos de seca, as pessoas armazenem água para sobreviver e, com isso, aumentem os focos de mosquito e os surtos de arboviroses, como dengue, zika e chikungunya.

Tudo isso é um grande desafio para os gestores que assumirão o comando dos 5.570 municípios brasileiros em 2025, num tempo em que a preocupação com esses problemas não pode mais ser adiada. E a má notícia – além da urgência – é que, de acordo com a urbanista Maria Fernanda Lemos, o país não tem nenhum exemplo que possa ser seguido. Perguntada sobre casos exitosos desse esforço articulado no Brasil, ela reconhece que existem ações pontuais interessantes mas reforça que citá-las contrariaria o seu argumento principal, de que iniciativas pontuais não são capazes de tornar as cidades resilientes. “Eu não consigo dar um exemplo”, lamenta. ●

Planejamento e ação

Para dar conta de políticas integradas e de longo prazo que atendam a todas essas necessidades, os municípios contam com planos setoriais – de habitação, saneamento, drenagem, transporte, entre outros. Para orientar essas políticas específicas, todas as cidades com mais de 20 mil habitantes devem contar com um Plano Diretor que, de acordo com o Estatuto das Cidades (lei nº 10.257/2001), deve ser uma lei municipal – portanto aprovada pelos vereadores – revisada, no mínimo, a cada dez anos. Regina Alvalá alerta: “Muitos municípios têm planos diretores, mas não necessariamente todos incorporaram ações específicas mais direcionadas para esse contexto de gestão de riscos [de desastres]”.

Em nível nacional, com foco nos desastres, o principal marco legal dessa área é a lei nº 12.608/2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Neste momento, com previsão de ser lançado ainda este ano, está sendo elaborado pelo governo federal, com a liderança do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e a participação de várias entidades –, um Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil. De acordo com Carlos Machado, que tem participado das discussões representando o Cepedes/Fiocruz, esse instrumento deve ser “um grande guarda-chuva para orientar os estados” que, depois, terão que construir os seus próprios planos, seguidos pelos municípios.



Desafios da gestão do SUS nas cidades

Especialistas debatem prioridades e descrevem o cenário que será encontrado pelos que vão gerir as Secretarias de Saúde após as primeiras eleições depois do fim da pandemia de Covid-19

CÁTIA GUIMARÃES

As eleições que acontecerão em outubro deste ano são as primeiras em que os brasileiros vão escolher prefeitos e vereadores depois do fim da pandemia de Covid-19, um dos maiores desafios enfrentados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) ao longo da sua história. E as demandas que esperam os gestores que assumirão as secretarias municipais de saúde em 2025 não são poucas: às tarefas de sempre, somaram-se carências específicas que a chegada do novo coronavírus evidenciou e novas necessidades de saúde. E tudo isso diante de um quadro de subfinanciamento do SUS que, na avaliação do presidente do Conasems, o Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde, tem piorado tanto nos últimos anos que já pode ser considerado um processo de “desfinanciamento”, que sobrecarrega, principalmente, os municípios. “A meu ver, o que o gestor vai viver em 2025 não vai ser muito dife-

rente de quem assumiu agora ou de quem vai assumir daqui a um ano. Porque a gente precisa de um enfrentamento [da falta de recursos] enquanto política de Estado e suprapartidária, independente de governo, que tenha uma ação do Congresso reconhecendo de fato a Saúde como prioridade do povo brasileiro”, diz Hisham Hamida.

O rastro que a pandemia deixou

É verdade que a necessidade de mais financiamento para o SUS é histórica, assim como não tem nada de novo na queixa de que na divisão de responsabilidades entre os entes federados, o município acaba sendo o mais prejudicado. Segundo os dados mais recentes, de 2021, o gasto público com Saúde no Brasil está em torno de 4% do Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com o IBGE. “É necessário que se coloque mais dinheiro público, especialmente federal e estadual, no financiamento público da saúde e da Atenção Primária à Saúde”, opina Luiz Facchini, professor e pesquisador do Departamento de Medicina Social da Universidade Federal de Pelotas (UFpel).

Mas a experiência recente (e traumática) de uma pandemia que matou mais de 700 mil pessoas traz também novidades sobre as prioridades que se espera da gestão municipal. Pesquisas realizadas durante a crise sanitária com foco na Atenção Básica mapearam, por exemplo, os gargalos que se tornaram mais evidentes naquele momento. E se alguns desses aspectos – como a falta de equipamento de proteção individual e de testes diagnósticos, que resultavam do desabastecimento e da pouca capacidade produtiva nacional – dependiam da iniciativa direta de outros entes federados, não faltam também aqueles que podem ser incluídos no pacote de responsabilidades das gestões locais – e, portanto, cobrados como parte do programa de Saúde a ser debatido nas campanhas eleitorais e executados pelas novas gestões.

Um exemplo concreto, que talvez chamasse pouca atenção antes da pandemia de Covid-19, é a conectividade dos serviços de saúde. Segundo um painel desenvolvido pelo Conasems, e disponível no site da entidade, 71,5% das unidades básicas de saúde do Brasil têm conexão com a internet, mas a pesquisa ‘Desafios da Atenção Básica no Enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no SUS’, desenvolvida por iniciativa da Rede de Pesquisa em Atenção Primária em Saúde, mostrou que a maior parte dos contatos à distância – fundamentais para garantir o acompanhamento dos usuários diante da necessidade de isolamento social – foi feita por equipamentos e pacotes de internet dos próprios profissionais de saúde e não com a estrutura oferecida pelos serviços. “Mais de 75% dos celulares usados nas comunicações das equipes no transcurso da pandemia eram pessoais, eram recursos privados dos profissionais”, resume Facchini, que é um dos autores do estudo. Justificando a carência em função do subfinanciamento, o presidente do Conasems reconhece que, de fato, a conectividade que a maioria das unidades básicas de saúde têm é suficiente para “transmitir dados” mas não para realizar chamadas de vídeo com qualidade de modo a viabilizar teleconsultas. “Muitas dessas questões se ampliaram de modo importante e mostram hoje carências que precisam ser supridas. Todas as unidades básicas precisam ter internet de alta velocidade. Então, isso já é uma questão que precisa ser assumida como compromisso pelos prefeitos e secretários”, diz Facchini.

A ideia é resolver a maior parte dos problemas na Atenção Básica. Mas como isso nem sempre é possível, o desenho do SUS prevê

um processo de regionalização, em que municípios-polo, maiores, concentram os equipamentos de saúde de alta e mesmo de média complexidade de modo a atender às cidades menores que ficam no entorno. Facchini, no entanto, alerta que a existência desses acordos não significa que eles funcionem bem em todos os locais. “A regionalização é outra questão que prefeitos e secretários devem enfrentar”, diz, destacando principalmente a situação dos municípios de médio porte que têm “muita carência de especialistas”, que vão desde a assistência a questões cardiovasculares, casos de diabetes e obesidade até tratamento de câncer. “Às vezes você precisa viajar muitos quilômetros para ter acesso ao serviço de saúde”, diz, defendendo que as regiões de saúde – que reúnem vários municípios – precisam investir em atenção especializada. “Nós não vamos conseguir colocar em 5.570 municípios todos os níveis de atenção. E nem esse é o papel. Por isso a importância da regionalização. Eu acho que esse é o grande desafio, que só se consegue enfrentar com os três [entes federados juntos]”, diz o presidente do Conasems.

Além de tornar mais visíveis problemas que vinham de antes, a pandemia de Covid-19 também trouxe outros que os gestores municipais já têm enfrentado e deixarão de herança para os próximos. A restrição ou mesmo suspensão de procedimentos que fazem parte da rotina regular da Atenção Básica à Saúde, a exemplo do pré-natal e do acompanhamento de grupos de risco, como portadores de doenças crônicas, foi uma constante durante a pandemia. Com a duração da crise sanitária e a reorganização dos serviços, é de se supor que esses atendimentos tenham sido normalizados na maior parte do país, mas Facchini acredita que, em algumas regiões, ainda se sofre com o “rescaldo” daquele mo-

mento. “A Saúde Bucal foi uma das mais afetadas, com praticamente todos os atendimentos, com exceção de situações de urgência, suspensos”, exemplifica. De uma forma mais generalizada, a tudo isso se somam os problemas de saúde que resultam da pandemia, seja em função de complicações da própria Covid-19, seja como desdobramento da falta de assistência a outras doenças naquele período. “Eu já tinha um estrangulamento. Alguns [pacientes] crônicos se agudizaram [porque] deixaram de ter aquele cuidado. E eu ainda tenho o pós-Covid”, resume o presidente do Conasems, que conclui: “A pandemia aumentou ainda mais a necessidade de saúde e de cuidado da população”.

Antes, durante e depois da pandemia

A gravidade da crise sanitária e a polarização política em torno das estratégias para o seu enfrentamento acabaram ampliando o debate público sobre um problema que se agravou durante a pandemia, mas que vinha de antes e permanece como um dos principais desafios da Saúde Pública no Brasil hoje: a queda da cobertura vacinal de praticamente todas as doenças para as quais existem imunizantes. E, embora se trate de um desafio nacional, também aqui existem iniciativas a serem desenvolvidas pela esfera municipal. Entre as muitas razões que os especialistas apontam para a redução da vacinação – negacionismo científico, desinformação, desconhecimento sobre as doenças que já foram controladas ou mesmo erradicadas no país, entre outros –, a dificuldade de acesso aos serviços – que, nesse caso, são principalmente municipais – também é considerada um fator relevante. “O que a gente quer é uma rotina forte, em que não se tenha oportunidade [de vacinação] perdida”, diz a epidemiologista Carla Domingues, que coordenou o Programa Nacional de Imunizações (PNI) entre 2011 e 2019.

Assim, é responsabilidade dos gestores municipais criarem estratégias que facilitem e ampliem o acesso da população à vacinação, sempre atentos à realidade local. E uma das iniciativas que se costuma apontar como mais simples e imediata para isso, sobretudo nos grandes centros urbanos, é a ampliação do horário de funcionamento das unidades de saúde até a noite ou nos fins de semana, de modo a permitir que os responsáveis que trabalham consigam vacinar seus filhos no seu tempo ‘livre’. “Hoje, se você olha o censo, quase

40% das mulheres são arrimo de família. Elas estão no mercado de trabalho, formal ou informal. Para você ter ideia, uma criança, para ser vacinada do nascimento aos 15 meses, precisa comparecer ao posto de saúde nove vezes. Se eu crio dificuldade, provavelmente essa mãe não vai voltar, seja porque o patrão não vai liberá-la outro dia, seja porque ela está no mercado informal e um dia levando a criança para tomar vacina significa um dia sem levar o sustento para dentro de casa”, explica Domingues, que conclui: “Então, se não criar facilidades de acesso, a gente dificilmente vai recuperar essa cobertura vacinal”.

Hoje, no entanto, boa parte dos municípios não apenas não estende o horário de atendimento para garantir a vacinação como estabelece dias e, às vezes, até horários para que a vacinação contra determinada doença aconteça. O presidente do Conasems reconhece a perda de alcance da vacinação que essas medidas podem produzir, mas justifica essas decisões apontando obstáculos que estão além do alcance da gestão municipal.

“Vou dar um exemplo. Eu vou abrir [a unidade de saúde] até as 19h. Aí chega uma pessoa para vacinar às 18h30 e eu vou abrir um frasco que tem dez doses para vacinar uma pessoa. Antes isso não era visto como desperdício mas hoje os órgãos de controle me cobram que eu desperdicei nove [doses]. Por isso eu estou colocando dia e hora para vacinar. Estou restringindo para não ser



responsabilizado administrativamente por um desperdício de imunizante”, explica. Além disso, diz, a depender da disponibilidade daquela vacina em cada momento, as doses descartadas podem fazer falta para a demanda do restante da população daquele município.

Domingues reconhece o problema e defende que, para que os municípios possam desenvolver estratégias que facilitem o acesso da população às vacinas, é urgente um empenho que envolva os três níveis de governo, além do setor produtivo e das instâncias de fiscalização e controle. Ela explica que a ampliação da caderneta de vacinação dos brasileiros significou a incorporação de imunizantes muito mais caros sem as mudanças necessárias para se reduzir as perdas. “O Brasil é um dos países que têm um dos maiores calendários gratuitos do mundo e isso exige que essa logística seja repensada”, defende Domingues. “Não é possível ter vacinas com alto preço e o frasco multidoso. Porque vai ter perda. É inerente ao processo de vacinação”, diz, exemplificando: “A vacina tríplice viral vem em frasco de dez doses, que eu tenho que usar em pouco prazo de tempo. Nos cerca de 2,4 mil municípios brasileiros que só têm um ou dois nascimentos por mês, necessariamente vai ter que se vacinar só uma criança. Não tem outra maneira. A não ser que eu junte três, quatro, cinco, mas aí vou atrasar enormemente o calendário dessa criança”.

A solução, segundo ela, depende de uma mudança no processo de compra dos imunizantes, que cabe ao governo federal – Domingues defende que é preciso discutir com o Ministério Público a necessidade de se variar as formas de aquisição de vacinas, podendo-se, sempre que estiverem disponíveis, optar por frascos com apenas uma dose, que custam proporcional-

mente mais caro mas reduzem o desperdício na ponta, sem dificultar o acesso da população. Além disso, por parte da União, é necessário também, segundo ela, investimento na ampliação e desenvolvimento tecnológico das plantas industriais dos laboratórios públicos, para que eles tenham capacidade de produzir frascos de vacina monodoses. Mas Domingues alerta que uma mudança como essa traz também responsabilidades para os outros entes federados: os estados teriam que investir na logística de distribuição da vacina entre os postos municipais, encurtando o tempo de entrega, e os municípios, principalmente os menores, teriam que se equipar com uma cadeia de frio melhor para conservação dos imunizantes.

Tanto o presidente do Conasems quanto a ex-coordenadora do PNI ressaltam que as estratégias para facilitar o acesso das pessoas aos imunizantes podem (e devem) ser variadas, sempre com um olhar específico sobre a realidade local. E algumas não dependem diretamente da ação de nenhum outro ente federado: Carla Domingues considera, por exemplo, que se poderia ampliar em muito a atuação das equipes da Estratégia Saúde da Família no acompanhamento da cobertura vacinal da população local. “A Saúde da Família tem que acompanhar, identificar quais são as dificuldades dessa família e pensar estratégias”, diz, referindo-se a uma dimensão da assistência que é responsabilizada direta das gestões municipais.

Problemas extras

“O que eu tinha antes da pandemia não deixou de existir, pelo contrário”. A frase é do presidente do Conasems, que destaca o somatório de demandas que se acumularam nos serviços de saúde municipais com o fim da crise sanitária. E isso vai desde a

rotina muitas vezes invisível das equipes da Atenção Básica até desafios extras, como a epidemia de dengue, que bateu recordes de casos e mortes em 2024 – no momento em que esta reportagem foi encerrada, o Painel de Monitoramento de Arboviroses do Ministério da Saúde registrava 5 milhões de casos confirmados e mais de 4,9 mil óbitos – e se espalhou para regiões em que a doença não era tão comum, como o Rio Grande do Sul. Também nesse caso, as soluções de enfrentamento dependem da realidade de cada município, mas algumas medidas que cabem à gestão municipal são consideradas estruturantes para se reduzir os surtos. “Cabe aos municípios fortalecer as políticas de saneamento e moradia e garantir que os serviços de saúde tenham cobertura suficiente. Esses serviços devem atuar na assistência, no controle e prevenção dessas doenças e na promoção da saúde, além de capacitar os profissionais que trabalham na área”, diz Barbara Valente, professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), ressaltando também a importância da coleta de lixo, das ações de comunicação e educação em saúde com vistas a orientar a população e o investimento na contratação e na formação dos agentes de combate a endemias (ACE) – todas iniciativas que envolvem os municípios.

Claro que nas ‘caixinhas’ que formam a estrutura das prefeituras Brasil afora, algumas dessas atribuições – como a política de moradia – podem ser responsabilidade de outras pastas. Mas nada disso exclui as secretarias municipais de saúde. Primeiro porque a articulação com outras áreas é um pressuposto do conceito ampliado de saúde que deve orientar a gestão do SUS. Segundo, porque, como explica Facchini, a vigilância em saúde “também é uma atribuição da Atenção Primária”. E isso significa, de acordo com o pesquisador, que todos os municípios precisam ter “capacidade de notificação das informações” e de “acompanhamento das questões epidemiológicas”. Ele dá um exemplo: “A equipe vai atendendo as pessoas e identificando que se começa a ter, na demanda, um conjunto de sintomas que são muito parecidos com o surto de dengue: febre, dor no corpo, mal-estar, dor atrás do olho... Isso deve acender o alerta da equipe para o problema da dengue naquela unidade de saúde e naquela comunidade. Se isso for bem feito, se o município, se o secretário de saúde, se a política local estiverem investindo nessa integração da vigilância com a Atenção Primária, esse processo de sintomas, que ainda nem são diagnósticos, já começa a acender o alerta de que alguma coisa diferente está acontecendo”. E conclui: “Esse trabalho articulado pode fortalecer muito a capacidade de resposta das unidades básicas e, com isso, inclusive, interromper ciclos de surtos e epidemias”. ●

PELAS RUAS (IN)VISÍVEIS

Conheça os obstáculos para o acesso às políticas de Saúde e Educação da população em situação de rua e as novas propostas para esse grupo

GIULIA ESCURI

Era noite do dia 19 de agosto de 2004 na Praça da Sé, em São Paulo, quando dez pessoas em situação de rua foram atacadas com pedaços de madeira e barras de ferro enquanto dormiam. Duas morreram na hora, quatro no hospital e quatro sobreviveram. Em 72 horas, o crime se repetiu: cinco pessoas foram agredidas da mesma forma e no mesmo local. Uma faleceu. Sete indivíduos foram denunciados, um segurança particular e dois policiais militares foram presos, mas soltos por falta de provas. O Massacre da Sé, como o evento ficou conhecido internacionalmente, completa 20 anos em 2024. “A rua não é lugar para viver e tampouco é lugar para morrer” é um dos principais gritos do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), criado após a chacina. O caso também motivou a instituição do 19 de agosto como Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua.

“Eu passei por muitas situações difíceis nas ruas. Estar nas ruas é muita coragem, as pessoas pensam que é fácil, não é. É sobreviver”, confidencia Rosilene do Nascimento, professora de Educação Especial na Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF), que viveu em situação de rua dos 13 aos 14 anos, na capital federal. O Brasil tem hoje 227 mil pessoas em situação de rua. De 2013 a 2023, essa população aumentou em 935%, de acordo com pesquisa lançada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em março.

Antes dos anos 1990, a população em situação de rua não era pauta para políticas públicas. “Era um tema tocado por organizações da sociedade civil, especialmente religiosas. Quando o Estado entrava nesse tema, era em uma perspectiva criminalizante e polícialasca”, relembra Laura Salatino, coordenadora pedagógica do grupo de pesquisa e extensão Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama (FDUSP) e do polo paulista do Colaboratório Nacional da População em Situação de Rua da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Foi na gestão da prefeita de São Paulo Luiza Erundina, de 1989 a 1993, que a questão foi inserida na agenda. O livro ‘População de Rua: Quem é, como vive, como é vista’, de Maria Antonieta Vieira em coautoria com Eneida Bezerra e Cleisa Rosa, é um marco na produção de dados sobre essa população. Foi a primeira pesquisa bra-

sileira sobre o tema, elaborada de forma coletiva com a prefeitura e outras organizações. No entanto, foi nos anos 2000, a partir do trágico evento na Sé, que o debate ganhou mais força.

Um marco da mudança se deu em 2009, quando o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou o Decreto nº 7.053, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR) e criou um Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento. “O Movimento Nacional da População em Situação de Rua é muito importante para a construção do decreto, que consolida esses movimentos, tanto de organização da sociedade civil, especialmente de pessoas em situação de rua, quanto de inserção do tema na agenda política aos poucos”, define Salatino.

Depois de 15 anos do lançamento do decreto que instituiu a PNPR, Nilson Lopes, integrante do MNPR, comemora: “É um momento histórico de conquista de direitos para a população de rua!”. Isso porque em julho de 2023, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), emitiu uma medida cautelar em resposta à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 976, que torna obrigatória a execução das diretrizes da PNPR. Para isso, o relator propôs um prazo de 120 dias para que o governo federal elabore um plano de ação e de monitoramento para sua efetiva implementação. A decisão foi motivada pelo agravamento das condições de vida provocado pela pandemia de covid-19. Entre 2019 e 2022, o número de pessoas que vivem nas ruas aumentou em 38% no Brasil, conforme o Ipea.

Diagnósticos e planejamentos

“Quantas pessoas têm em situação de rua? Quem são elas? De onde que elas vêm? Faltam dados completos para que recursos sejam destinados a programas. Esses dados ainda precisam

ser produzidos”, analisa Lopes, referindo-se à falta de avanços da PNPR nos últimos anos.

Historicamente existem desafios para se contabilizar a população de rua. A pesquisadora Janaína Gomes, doutora em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP), compreende que é necessária uma discussão metodológica para produzir informações sobre esse grupo. “A população em situação de rua é nômade, em um sentido amplo. Ela muda de lugar, de território”, diz. No entanto, além dessa condição, Gomes alerta: “Apesar de ser uma questão científica, de método, é uma questão política, porque dependendo de como se constrói a metodologia, a quantidade pode aumentar ou diminuir, e isso interessa a determinados agentes”.

A medida cautelar emitida pelo STF determina que estados, Distrito Federal e municípios promovam ações concretas de melhoria para essa população. Entre as principais estão: a elaboração de um diagnóstico da População em Situação de Rua (PSR), com identificação do perfil, da procedência e de suas principais necessidades; a criação de instrumentos de diagnóstico permanentes da PSR; e o desenvolvimento de mecanismos para mapeá-la no censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dentro do planejamento dessas ações já foram publicados um diagnóstico do panorama atual pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e o Plano de Ação e Monitoramento para Efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, também de autoria do MDHC, conhecido como Plano Nacional Ruas Visíveis. Nilson Lopes considera que apesar das diretrizes, “o Plano precisa ser absorvido e adequado a cada realidade pelos estados e municípios, tanto nos números quanto nas necessidades e emergências”.

As recentes pesquisas do MDHC, em agosto de 2023, e do Ipea, em março de 2024, utilizam

dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) como método de contagem. Esse instrumento identifica e caracteriza indivíduos e famílias de baixa renda, permitindo acesso a alguns programas sociais, como, por exemplo, o Bolsa Família. Pessoas em situação de rua podem se cadastrar através do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop); Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Um dos obstáculos para essa população acessar algumas políticas públicas é a falta de documentos, como o comprovante de residência. Apesar disso, em alguns casos, pode-se utilizar o endereço da unidade que acessou, como o de um Centro Pop ou CRAS, para realizar o CadÚnico, por exemplo.

Caroline Sarmiento, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e militante do Jornal Boca de Rua, veículo produzido e vendido por pessoas com trajetória de rua, conta que as remoções protagonizam a retirada de documentos e pertences dessa população. “Eles [guarda municipal e polícia militar] tiram os pertences das pessoas e colocam no lixo. Retiram as coisas, remédios, documentos, roupa, comida, o que a pessoa tiver”, denuncia. Também em julho de 2023, o STF formou maioria para confirmar a decisão do ministro Alexandre de Moraes, que proibiu, em liminar, que os municípios façam o recolhimento forçado de pertences, a remoção e o transporte compulsório de pessoas em situação de rua para zeladorias urbanas e abrigos.

O registro no CadÚnico pode ser feito através do preenchimento do formulário principal, e, em seguida, uma enquête específica, o Formulário PopRua, que conta com mais de 30 questões, de natureza autodeclaratória. Foi com base nesse conjunto de dados que o Ipea e o MDHC fizeram suas análises. Mas a pesquisa do Ipea identifica que pode existir um viés nos dados,

uma vez que “nem todas as pessoas em situação de rua se cadastram como tal” e que “situações de rua episódicas e de curta duração, por sua vez, podem não ser devidamente registradas antes de seu encerramento”.

Políticas de Saúde: Consultório na Rua

Em 2011, o Ministério da Saúde editou a Portaria nº 940, que garantiu o acesso da população em situação de rua aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) mesmo sem comprovante de residência. Mas ainda existia dificuldade em acessar as Unidades Básicas de Saúde (UBS), causada pelo estigma relacionado a essas pessoas. “O policial que aborda mais pessoas negras do que brancas não o faz pensando em leis, mas em dimensões informais. E isso também acontece com os burocratas. Existe o contexto de implementação [de uma política], mas existem percepções individuais que vão orientar as decisões que os profissionais tomam sobre quem vai acessar ou não”, explica Salatino, destacando que a indisponibilidade de alguns profissionais e a sobrecarga de trabalho nas UBS vão atravessar as decisões sobre o atendimento dessa população.

É nesse contexto que o Consultório na Rua é criado. Instituído pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) em 2011, o Consultório é pensado para ser um serviço de atenção básica itinerante e funciona com a busca ativa dessas pessoas e o atendimento delas *in loco*. A portaria nº122, de 25 de janeiro de 2011, define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua. Entre elas, o documento institui a preferência pela contratação de agentes sociais com experiência prévia em atenção às pessoas em situação ou trajetória de vida das ruas.

“O Consultório na Rua é importante, porque seus profissionais são mais sensíveis à questão. Ou eles já atuaram com esse público, ou serão preparados para trabalhar nessa política”, aponta Salatino.



As equipes de Consultório na Rua (eCR), que integram também a Rede de Atenção Psicossocial (Raps), incluem a busca ativa e o cuidado compartilhado às necessidades relacionadas com a saúde mental, o consumo de álcool e outras drogas, em consonância com os fundamentos e as diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica. O programa é a principal forma de acesso da população em situação de rua aos cuidados com a saúde.

Em 2023, em meio às celebrações dos 75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o governo federal lançou o Plano Nacional Ruas Visíveis, que busca efetivar a PNPR e tem o investimento inicial de R\$ 982 milhões. Na área da saúde, os repasses iniciais são de R\$ 304,1 milhões. As principais medidas propostas são: o investimento na formação de 5 mil profissionais para atuarem no cuidado às pessoas em situação de rua na APS, em diferentes municípios; a ampliação das Unidades de Acolhimento para pessoas com necessidades decorrentes do uso de Crack, Álcool e Outras Drogas; o Programa Mais Médicos para as equipes do Consultório na Rua e a ampliação de 660 equipes do Consultório na Rua com agentes sociais com trajetória de rua.

O Consultório e a saúde mental

“Aos 18 anos eu já era alcoólatra. Até que, aos 22 anos, fui para as ruas. Usei crack durante dez anos”, recorda Nilson Lopes, do Movimento Nacional da População em Situação de Rua. “Para sair desse atoleiro, eu precisei me entregar. Querer que acontecesse e procurar os serviços. O mais importante foi a escuta qualificada que os profissionais fizeram, isso norteou as ações a partir das minhas necessidades”, completa, ressaltando como o acesso às políticas públicas de Saúde e Educação foram importantes na sua trajetória.

O Consultório na Rua está inserido em uma política de redução de danos, explica a médica de família da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Thaís Machado, que trabalhou em um de 2015 a 2017 em Campinas. “Essa política nasce para o combate de HIV e AIDS. A partir desse vírus, encaramos o uso de drogas pelo viés da saúde. Antes, tinha políticas muito centralizadas na segurança pública, às vezes uma abordagem religiosa, mas pouca na política da saúde”, recorda a profissional.

Conforme o levantamento do MDHC, o principal motivo para a situação de rua, 44%, são os problemas familiares; em seguida, o desemprego representa 38% das justificativas. O alcoolismo e o uso de drogas são a terceira causa: 28% relataram esse motivo. Apesar disso, é comum que se suponha uma associação entre essa população e o vício. “Precisamos entender que uma parte da população vai para a rua por uso de drogas, mas não é a maior parte, muitas vezes alguns iniciam o uso de substância estando na rua”, esclarece Machado.



O Consultório na Rua nasce como uma política específica para a população de rua. “Essas pessoas tinham muitas demandas clínicas: tuberculose, problemas odontológicos, infecções de pele, unha encravada; enfim, demandas que não eram restritas à saúde mental”, explica Machado. Os atendimentos mais comuns oferecidos pelo Consultório na Rua, segundo ela, são: tratamento para infecções de pele, odontológicos, saúde mental, contracepção, pré-natal e cuidado com a tuberculose. “A grande inovação tecnológica de processo de trabalho e de gestão é o tratamento clínico, justamente ver para muito além da dependência química”, avalia a médica.

Principais agravos de saúde

Conforme o Boletim Epidemiológico sobre a Tuberculose (TB) de 2024, lançado pelo Ministério da Saúde (MS), o Brasil integra a lista dos 30 países com maior número de quadros da doença e casos de coinfeção TB-HIV. A tuberculose é a segunda maior causa de mortalidade por doença infecciosa no mundo, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS). A infecção é associada às desigualdades sociais e às precárias condições de vida. Através desse boletim, o MS considera que a situação de rua é um risco para a tuberculose dadas as más

condições de vida, a desnutrição, a dificuldade de acesso aos serviços públicos, o abuso de álcool e outras drogas e o comprometimento imunológico.

Segundo o documento, entre as populações em situação de vulnerabilidade, a coinfeção TB-HIV passou de 8,6% em 2022 para 9,3% em 2023. A partir de 2021, com exceção da população privada de liberdade, observou-se a elevação do número de pessoas com tuberculose pertencentes a algum grupo em situação de vulnerabilidade, com destaque para a população em situação de rua, que apresentou o maior aumento.

Conforme o MS, em 2023, 3,4% das pessoas nessa situação adoeceram por tuberculose. Com base em dados do censo da cidade de São Paulo de 2021, o site do Ministério da Saúde aponta que pessoas em situação de rua apresentam um risco de adoecer por tuberculose 54 vezes maior do que a população em geral. O boletim epidemiológico também apurou que existe, nesse grupo, uma baixa proporção de cura, de 27,6% em 2022, e uma grande interrupção do tratamento, de 36,2% no mesmo ano.

Thaís Machado conta que “os dados sobre a tuberculose são inequívocos: a população de rua é a que mais tem tuberculose, que é uma doença associada a desenvolvimento econômico e humano, à pobreza e à desnutrição”. Ela também aponta que realizar o tratamento da doença é difícil,

pelo seu tempo de duração. A médica ressalta que, enquanto trabalhava no Consultório na Rua, também realizava a busca ativa de pacientes que abandonavam o tratamento através das redes de assistência social.

Além disso, com base em suas consultas realizadas para esse público, Machado relata que as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) também têm alta prevalência. “A gente tem uma ideia de que o morador de rua não trabalha, mas ele trabalha e pode ser que parte desse trabalho tenha como fonte de renda o trabalho sexual”, diz. A única grande pesquisa sobre essa população em nível nacional foi publicada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 2009 e apurou que, naquela época, 5,1% viviam com o HIV ou a Aids.

A pesquisa coordenada por Maria Helena Antuniassi, realizada pelo Núcleo de Apoio à Pesquisa Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU), da Universidade de São Paulo (USP), constata que as mulheres em situação de rua conseguem mais facilmente se incorporar em casas de família ou recorrer à prostituição. “Mulheres com menos de 50 anos, quando se encontram nessa situação, são facilmente incorporadas à prostituição, não recorrendo, portanto, aos abrigos”, afirma o texto desse estudo, produzido sob demanda para a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo (SMADS).

Os dados do MDHC lançados em 2023 apontam que, apesar de as mulheres representarem apenas 13% do total de pessoas vivendo nas ruas, elas são vítimas de 40% dos casos de violência notificadas. As mulheres transexuais representam o maior grupo. Em relação ao tipo de violência: 88% das notificações envolvem a violência física; a psicológica é a segunda mais frequente, 14%; e a terceira, é a violência sexual, com 3%. Sarmiento conta que, em uma roda de conversa para definir a pauta

de uma das edições do jornal Boca de Rua, todas as sete mulheres presentes denunciaram que tinham sido estupradas em algum momento da vida. “A violência sexual pode vir da polícia, das pessoas que param de carro, dos companheiros ou de outros colegas em situação de rua”, relata a pesquisadora. “Nesse contexto, o uso de preservativo não apresenta a mesma dinâmica do que em relações consentidas”, completa.

Mulheres nas ruas

O Consultório na Rua também realiza o acompanhamento de mulheres grávidas. As equipes executam as consultas de pré-natal e fazem a busca ativa das gestantes no território em que atuam.

A pesquisa recente do Ipea revela que existe um viés nos dados do levantamento sobre essa população porque “mulheres com filhos menores de idade, por exemplo, tendem a evitar oficializar a sua situação de rua por temer perder a guarda”. O documento ressalta que esse medo é ancorado na realidade através de diversos relatos disseminados entre esse público.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído através da Lei nº 8.069 em 1990, determina que a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar. Além disso, mesmo quando a criança precisa ir para um acolhimento institucional, o ECA preconiza que seja feita a colocação na sua família de origem, ou seja, o afastamento da família deve ser uma medida excepcional. No entanto, não é o que sempre acontece.

A pesquisadora da UFRGS Janaína Gomes relata que “a própria falência do sistema, a falta de profissionais, de vagas em abrigos, de assistentes sociais e psicólogos dificultam o trabalho de vinculação entre a mãe e a criança, o que pode gerar a destituição do poder familiar”. Além disso, Gomes ressalta que os profissionais podem fazer uma articulação entre os serviços, “podem acionar o serviço social, podem buscar moradia para essa mulher, buscar tratamento para ela, no caso de drogadição”.

A pesquisadora e militante Caroline Sarmiento conta a história de uma colega do Boca de Rua que acompanhou de perto e integrou sua pesquisa de mestrado. Adriana (nome fictício) é uma mulher negra, quase sem dentes, nascida na periferia de Porto Alegre, que fez uso de crack e álcool durante o período que esteve em situação de rua. Quando descobriu a gravidez, conseguiu um local para morar e fez todos os exames do pré-natal “muito melhor do que muita mulher que nunca teve trajetória de rua”, como confidenciou uma profissional para Sarmiento. No entanto, ao dar à luz, trabalhadores do hospital acionaram a Vara da Infância, da Juventude e do Idoso que julgou se ela poderia, ou não, ter a guarda do filho. Ao perguntar à assistente social o motivo do acionamento da Justiça, Sarmiento conta que, apesar da existência de um exame que comprovava a suspensão do uso de

drogas por Adriana, a explicação foi a seguinte: “Eu não acredito que ela parou de usar crack esse tempo todo”. “Existe um olhar moralizante do Estado sobre essas mulheres. Na maioria das vezes, o que observamos é a criminalização da pobreza”, destaca Sarmiento.

Crianças e adolescentes

Entre as invisibilidades que são produzidas nas ruas, as crianças e adolescentes compõem um quadro específico. De acordo com a pesquisa do Ipea de 2024, eles somam apenas 2,5% dessa população: 1,74% de 0 a 9 anos e 1,61% de dez a 19 anos, conforme o levantamento do MDHC de 2023. O Ipea considera que esses números podem não representar a realidade, dado que podem não ser informados ao poder público, principalmente às equipes de assistência social, por medo de serem encaminhados para unidades de acolhimento institucional.

O ECA reconhece que eles são “sujeitos de direitos”, devendo ser prioridade absoluta do Estado. Entre os avanços, a lei revoga o Código de Menores que vigorava desde 1979 e tinha uma perspectiva de confinamento às crianças em “situação irregular”, ou seja, àquelas que eram consideradas abandonadas, infratoras ou em situação de rua. No entanto, o temor pela institucionalização ainda é presente entre elas. Como esses jovens em situação ou com trajetória de rua conseguem acessar direitos fundamentais, como a Educação?

A professora Rosilene do Nascimento, que esteve em situação de rua até os 14 anos, relembra que voltou à escola aos 15, quando foi adotada. No entanto, frequentar as aulas era uma tarefa difícil. “Eu não aprendia, o professor não olhava nos meus olhos, para minha história, para mim. Hoje, só sou mestra porque tiveram pessoas, educadores e movimentos comigo”, conta. E completa: “É preciso um olhar humanizado. É todo um processo para criar um laço e acolher, de fato, uma pessoa em situação de rua”.

Um esforço nesse sentido vem sendo feito no Distrito Federal (DF), com a Escola Meninos e Meninas do Parque, que tem como objetivo garantir a escolarização de crianças, adolescentes e adultos em situação de rua ou em instituições de acolhimento. A unidade funciona desde 1995 e foi pensada para acolher jovens que viviam embaixo da marquise da Rodoviária do Plano Piloto. Atualmente, atende crianças e adolescentes no turno da manhã e, à tarde, acolhe jovens e adultos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Além de promover a educação formal, a instituição auxilia em outros procedimentos, como encaminhamento médico e odontológico, e ajuda na retirada de documentações. “Lá, eles têm o kit de banho, com o nome de cada um. As pessoas têm lugar até para guardar o carrinho, aquele de supermercado. A Escola trabalha de forma diferenciada”, detalha Nascimento. Os estudantes contam ainda com almoço, lanche e um espaço para lavar suas roupas.

Também em 1995 foi fundada a Escola Municipal de Ensino Fundamental de Porto Alegre (EPA). Seu principal objetivo é a escolarização de jovens e adultos em situação de rua e vulnerabilidade. O site da Secretaria Municipal de Educação calcula que existam hoje mais de 100 alunos matriculados na modalidade EJA da escola.

A pesquisadora da UFRGS Caroline Sarmento, comenta que na EPA os alunos também podem tomar banho e contam com três refeições diárias. “A EPA conta com um projeto pedagógico freiriano. Também funciona como um espaço de redução de danos, para quem faz uso de álcool e outras drogas, porque para ir à escola tem que estar bem. Por isso é uma escola que funciona como ponto da rede de assistência”, considera.

Educação e trabalho

Apesar dessas iniciativas municipais, a maioria da população em situação de rua, 55%, com mais de 15 anos de idade não têm ensino fundamental completo e 8% não sabem ler nem escrever, segundo a pesquisa do Ipea. O levantamento também aponta que 21% completaram o Ensino Médio e 2% frequentaram ou frequentam algum curso superior. A pesquisa do MDHC mostra que 92,75% dessas pessoas não vão à escola, mas já foram em outro momento da vida.

“Essa população conta com egressos do sistema prisional, que não têm uma política adequada, as transsexuais e travestis que foram expulsas de casa, mulheres com trajetórias de violência intrafamiliar”, conta Janaína Gomes. A maior parte da população em situação de rua, 67,6%, já trabalhou em regime de CLT. A pesquisa também conseguiu mapear quantos tinham conseguido trabalhar na semana anterior à coleta de dados. Cerca de 16% haviam exercido alguma atividade, entre elas destacam-se: catador, 15,7%, pedinte, 9,1%, serviços gerais 8,7% e construção civil, 5,3%. “Existem as pessoas que vêm de outros estados buscando uma



Políticas públicas precisam se flexibilizar para atender população em situação de rua

possibilidade melhor de vida e não conseguem, ou tudo o que conseguem fazer de dinheiro, mandam para a cidade natal e ficam em situação de rua para economizar”, complementa Gomes.

No início deste ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva instituiu a Lei nº14.821 que cria uma Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua). A lei propõe uma promoção da escolaridade, o oferecimento de qualificação profissional e a criação de mecanismos que permitam o acesso ao trabalho e à renda. O texto institui também uma rede de Centros de Apoio ao Trabalhador em Situação de Rua (CatRua), que vai articular ações de empregabilidade, qualificação profissional e economia solidária. Uma das suas atribuições é a busca por garantir acesso dessas pessoas ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronec) e ao Sistema Nacional de Emprego (Sine).

Além disso, estabelece que devem ser disponibilizadas vagas nas instituições públicas de educação infantil e nas escolas públicas de tempo integral dos ensinos fundamental e médio, de forma imediata e simultânea, para crianças e adolescentes. A lei dispõe sobre a criação de mecanismos para o acesso da população em situação de rua à educação escolar. Também propõe uma atenção à realidade da vida des-

sas pessoas, assegurando o direito à matrícula e permanência nas escolas e instituições de ensino com a flexibilização da exigência de documentos pessoais e sem a exigência de comprovantes de residência. No entanto, o texto não trata dos recursos financeiros necessários para essas medidas.

“A Educação não deve se restringir à alfabetização e nem à Educação de Jovens e Adultos. Deve passar pelo primeiro, segundo e terceiro segmentos, para que essa população atinja outros níveis de escolarização, como, por exemplo, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a Educação Superior”, defende Erlando Rêses, educador popular e professor associado da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB).

O texto da lei propõe uma incorporação da população em situação de rua à rede pública de educação, evitando sua segregação. No entanto, não estabelece de que modo a aproximação pode ser feita.

Apesar das propostas, a crise da EJA em vários locais do país, com fechamento e unificação de turmas, além da falta de incentivos, pode ser um obstáculo à execução da proposta. “Se a política de EJA já não está funcionando bem para uma população que não é de situação de rua, quicá vai funcionar para essa população”, alerta Rêses, que completa: “Temos que olhar a implementação dela como um todo”. ●

ECOSSOCIALISMO

Cerca de 735 milhões de pessoas no mundo passaram fome em 2022, segundo relatório 'O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2023', produzido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU). Ao mesmo tempo, em 2020, dois bilhões de pessoas não tiveram acesso à água potável e 3,6 bilhões a saneamento seguro. Um olhar para o futuro pode ser ainda mais alarmante, já que a demanda urbana por água deve aumentar 80% até 2050, de acordo com o relatório 'Parcerias e cooperação para a água', da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco/ONU). Na esfera ambiental, o que se observa é uma crise climática que tem gerado eventos extremos com maior frequência e intensidade do que jamais se viu, apesar de inúmeros protocolos assinados pelos países ao longo das últimas décadas com o objetivo de conter a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera e estimular o desenvolvimento sustentável.

É neste contexto que o Ecosocialismo dá seus primeiros passos na década de 1960, como um movimento que entende a crise ecológica como parte de uma crise civilizatória e defende que o enfrentamento a essas questões passa pela construção de uma sociedade democrática e igualitária. No livro 'O que é o socialismo', Michael Löwy, um dos pesquisadores e militantes que se tornou referência nesse debate, explica que se trata de uma "corrente de pensamento e ação ecológica" que, a partir da tradição marxista, quer demonstrar que a lógica do mercado e do lucro que caracterizam o capitalismo é incompatível com a proteção ambiental. E é precisamente isso que há de novo na junção do prefixo 'eco', com o substantivo 'socialismo'. "Há um entendimento de que o capitalismo é impositivamente expansionista, irremediavelmente destrutivo e tragicamente incontrollável", explica Alexandre Pessoa, professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), da Fiocruz.

Capitalismo e suas impossibilidades ecológicas

Baseado na observação do que tem acontecido ao longo das últimas décadas, o que a palavra 'socialismo' presente no conceito chama a atenção é que as sucessivas tentativas de conciliar interesses ambientais com o capitalismo não geraram resultados satisfatórios. Exemplo disso são as Conferências das Partes (COP), que há 30 anos discutem as questões do clima no âmbito da ONU e a Cúpula da Terra, mais conhecida como Rio 92. "Sabe qual foi o resultado disso? Nenhum. Não

houve diminuição das emissões globais, a não ser por dois episódios de crise: em 2012 (com uma crise econômica global) e em 2020, primeiro ano de pandemia. Ou seja, aconteceu como fruto de uma profunda desestabilização econômica", afirma Eduardo Sá Barreto, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (Niep-Marx). E como o decrescimento econômico é incompatível com a sociedade capitalista, apesar da melhora de indicadores ambientais, quando ele acontece, todos se prejudicam. "Não só os capitalistas, [mas também] os trabalhadores. Todo mundo é impactado. Não é à toa que a gente chama decrescimento de crise, recessão, depressão", explica Sá Barreto, ressaltando, no entanto, que essa "impossibilidade de decrescer é circunscrita à lógica do capital".

Na base do Ecosocialismo está uma crítica ao movimento, cada vez mais difundido, do 'capitalismo verde' ou ecocapitalismo, que aposta na redução da crise ambiental atrelada ao desenvolvimento econômico e à lógica do mercado. Práticas como compensação e intercâmbio de carbono entre nações que geram mais gases de efeito estufa, produtos com rótulos ecológicos, além de investimento em energia renovável são alguns exemplos de medidas que, apesar de 'venderem uma ideia' sustentável, na avaliação dos ecosocialistas nada mais fazem do que promover aquilo que se pretende reduzir, garantindo um crescimento econômico a partir da exploração do meio ambiente. "Os créditos de carbono se resumem na precificação da poluição, na medida em que empresas que possuem um nível de emissão alto e supostamente poucas opções para a redução podem comprar créditos de

carbono para compensar suas cotas de emissões. Na verdade, eles têm se tornado um sinal verde, uma licença para continuar poluindo", afirma Pessoa. No Brasil, explica ainda o professor-pesquisador da EPSJV/Fiocruz, nesta ótica do capitalismo verde, empresas nacionais e estrangeiras estão sendo denunciadas e processadas por suspeita de ilegalidades, grilagem de terras, fraudes, uso de documentos sem validade, uso abusivo de poder sobre os territórios e mesmo violação dos direitos humanos.

Ecologia no século 19?

Alexandre Pessoa explica que o Ecosocialismo propõe a aproximação das ciências ecológicas com a teoria, as lutas, as conquistas e o legado do socialismo, à luz do que ele chama de "ecologia marxista". Mas no século 19, quando Marx desenvolvia seus trabalhos, a questão ambiental não exercia o mesmo impacto na sociedade como nos dias de hoje. Os ecosocialistas argumentam, no entanto, que, ainda que não coloquem a questão ecológica no centro de seus debates, seus escritos, principalmente os da crítica à economia política, fornecem embasamento para uma nova tradição de crítica ecológica da sociedade capitalista. Um ponto central da obra de Marx para esse debate, na avaliação de Alexandre Pessoa, é a constatação, já no século 19, de que "a produção capitalista, por meio da exploração humana, resultava no esgotamento dos solos e do trabalhador" e a compreensão de que a relação entre seres humanos e natureza deve ser de "reciprocidade".

Eduardo Sá Barreto destaca também que dos textos de Marx se extrai, por exemplo, uma elaboração ainda atual sobre a "agricultura capitalista". "Marx perce-

be muito rapidamente que ela exibiu uma ruptura [em relação às práticas anteriores], um padrão e uma tendência que gerava elementos de instabilidade, de desvio, na garantia das condições de reprodução, que acontece devido à predileção do capital por grandes aglomerações urbanas”, afirma. Isso porque é nas grandes cidades que as mercadorias circulam com mais facilidade e encontram mercado consumidor, tornando-se economicamente viáveis. Como esses centros urbanos precisam ser abastecidos por uma produção que vem do campo, isso acaba por provocar uma ruptura no ciclo de nutrientes, tanto do ponto de vista do empobrecimento do solo, que não recebe os resíduos deste produto agrícola para recompor a fertilidade do solo, quanto de um acúmulo de resíduos poluentes decorrentes do consumo nessas cidades. Pessoa complementa: “Ele [Marx] observa que [a relação das] cidades com as áreas rurais é insustentável, na medida em que elas retiram da natureza as suas fontes de energia e matéria, no único sentido de prover os centros urbanos, o que promove um desequilíbrio ecológico das áreas fornecedoras do alimento e, por sua vez, das cidades, que se traduz em acúmulo de poluentes”.

Sá Barreto destaca ainda a importância de O Capital, obra de maior peso de Marx, para essa corrente. “Nela, há uma riqueza de categorias que, embora não tratem diretamente de meio ambiente, podem ser mobilizadas para elaborar uma crítica ecológica da sociedade capitalista. A teoria do valor, por exemplo, permite mostrar que não só o capitalismo tem sido destrutivo até aqui, mas, mais importante que isso, que ele não pode não ser destrutivo”, afirma.

Coletivo x individual

Como ferramenta de luta, o Ecosocialismo propõe a organização de todas as parcelas de movimentos sociais que estão sucumbindo diante da destruição ecológica causada pelo avanço do capital. E isso inclui, segundo Pessoa, os operários, os trabalhadores precarizados, indígenas, camponeses sem terra, sem teto, sem trabalho e os sem direitos, além de movimentos ambientalistas e de defesa da Saúde Pública, o ecofeminismo, os movimentos agroecológicos, movimentos antirracistas e antifascistas. “É a partir desse contingente, da luta concreta, que é possível enfrentar essa escalada de destruição, de crise do metabolismo socioecológico que inevitavelmente já nos apresenta um mundo mais hostil”, afirma.

Para além dos movimentos coletivos, há ainda a pauta que passa a ocupar o cotidiano das pessoas comuns, com espaço nas páginas de jornais e debates públicos, sobre as mais variadas formas de como cada um pode contribuir para enfrentar os problemas ambientais: banhos mais curtos, uma maior

preocupação com o descarte e a separação de lixo, carros eletrônicos não poluentes e até mesmo uma redução na compra de equipamentos eletrônicos devido à impossibilidade de reciclar certos componentes. Mas uma das prioridades da concepção Ecosocialista é exatamente apontar os limites dessas iniciativas individuais para a solução da crise ambiental em curso.

Os dois pesquisadores ouvidos pela reportagem defendem que essas medidas não devem ser ignoradas, mas sem deixar de ressaltar que, em esfera global, os desafios são bem mais complexos. “Vamos supor que eu percebi que estou consumindo muito. [Reduzir o consumo] está ao meu alcance, e levando ao limite, ao alcance de um país inteiro. Onde é que está o ‘calcanhar de Aquiles’ desse raciocínio?”, pergunta Sá Barreto. “Está em supor que isso possa se multiplicar e se generalizar a ponto de provocar uma mudança geral no padrão de consumo. Por que isso não pode acontecer? Porque isso feriria de morte a dinâmica reprodutiva da sociedade capitalista. A minha alteração [de padrão de consumo] é tolerável, a sua também. O que não é tolerável é a soma total do consumo que precisa ser, do ponto de vista da reprodução do capital, crescente em escala, em abrangência e em velocidade”, explica. Alexandre Pessoa completa, situando como a sobrevivência do capitalismo depende da lógica exatamente oposta: “Veja o exemplo do celular, que é trocado, antecipadamente, pelas pessoas não em decorrência da vida útil, mas como toda uma estratégia de marketing e de incorporação de novas funções, que estabelece uma relação de dependência tecnológica, de criação constante de novas necessidades, para que se possa gerar maior acúmulo de capital. A consequência disso é um volume de resíduos descartáveis que traz impactos avassaladores”.

O futuro a quem pertence?

O panorama das próximas décadas não é otimista. Ainda assim, é preciso agir - afinal, mesmo sabendo que seu objetivo não é plenamente realizável no presente da sociedade capitalista, o Ecosocialismo é também um programa de reivindicações para a luta imediata. Movimentos e organizações vêm denunciando a crise em andamento e propondo novas formas de enfrentar esse cenário. Debater soberania alimentar como um direito da população a decidir de que forma serão organizados, produzidos e distribuídos os alimentos, passando pela relação direta com outras pautas, como a Reforma Agrária Agroecológica, políticas públicas que favoreçam uma democratização no direito à cidade, representada pela Reforma Urbana, são algumas das formas que os ecosocialistas defendem para se construir o caminho para uma nova sociedade.

E este é um movimento que deve ser feito o quanto antes, visto que as consequências das crises ambientais são cada vez mais alarmantes e perceptíveis. É neste sentido que o professor da UFF alerta que, ainda que o mundo acordasse amanhã num sistema diferente do capitalismo, sob a ótica do Ecosocialismo, o futuro, ainda assim, seria delicado. Isso porque, segundo Sá Barreto, o cenário que está se formando é de um mundo de escassez absoluta, onde não haverá excessos de produção ou consumo, nem será possível garantir a plena satisfação de necessidades individuais. “A gente costuma ter a expectativa de que o mundo amanhã vai ser parecido com o mundo de hoje. Mas o mundo que está se formando, para daqui a 20, 30, 40 anos, é um mundo de mudança exponencial, praticamente irreconhecível”, afirma, para então concluir: “Tudo isso só acentua a urgência de uma via que, a partir de uma ruptura histórica com o capitalismo, abre as possibilidades para uma transição ecosocialista”. ●

“Por infelicidade, virei prefeito no interior de Alagoas e escrevi uns relatórios que me desgraçaram. Veja o senhor como coisas aparentemente inofensivas inutilizam um cidadão. Depois que redigi esses infames relatórios, os jornais e o governo resolveram não me deixar em paz”.

Neste trecho, de uma carta dirigida a um tradutor argentino em 1937, o escritor Graciliano Ramos faz referência ao período em que foi prefeito do município de Palmeira dos Índios, em Alagoas. Eleito dez anos antes, em 7 de outubro de 1927, com 433 votos, aquele que se tornaria um dos maiores nomes da literatura brasileira exerceu o cargo por dois anos, quando renunciou para assumir a direção da Imprensa Oficial do Estado. Verdadeiras peças literárias, os tais “infames relatórios”, escritos com o objetivo de prestar contas da gestão com o governador do estado, foram publicados em vários jornais do país, anunciando o romancista que viria.

“Pensei em construir um novo cemitério, pois o que temos entro em pouco será insuficiente, mas os trabalhos a que me aventurei, necessários aos vivos, não me permitiram a execução de uma obra, embora útil, prorrogável. Os mortos esperarão mais algum tempo. São os munícipes que não reclamam”.

“A Prefeitura foi intrujada quando, em 1920, aqui se firmou um contrato para o fornecimento de luz. Apesar de ser o negócio referente a claridade, julgo que assinaram aquilo às escuras. É um BLUFF. Pagamos até a luz que a lua nos dá”.

“(…) Encontrei em decadência regiões outrora prósperas; terras aráveis entregues a animais, que nelas viviam quase em estado selvagem. A população minguada, ou emigrava para o sul do país ou se fixava nos municípios vizinhos, os povoados que nasciam perto das fronteiras e que eram para nós umas sanguessugas. Vegetavam em lastimável abandono alguns agregados humanos. E o palmeirense afirmava, convicto, que isto era a princesa do sertão. Uma princesa vai lá, mas princesa muito nua, muito madraça, muito suja e muito escavacada. Favoreci a agricultura livrando-a dos bichos criados à toa; ataquei as patifarias dos pequeninos senhores feudais, exploradores da canalha; suprimi, nas questões rurais, a presença de certos intermediários, que estragavam tudo; facilitei o transporte, estimulei as relações entre o produtor e o consumidor. Estabeleci feiras em cinco aldeias (...).”

“É uma interessante classe de contribuintes, módica em número, mas bastante forte. Pertencem a ela negociantes, proprietários, industriais, agiotas que esfolam o próximo (...). Bem comido, bem bebido, o pobre povo sofredor quer escolas, quer luz quer estradas, quer higiene. É exigente e resmungão. Como ninguém ignora que se não obtém de graça as coisas exigidas, cada um dos membros desta respeitável classe acha que os impostos devem ser pagos pelos outros”.

*Trechos do relatório de gestão do prefeito Graciliano Ramos, escrito em 1930.

@Observatório Juventude C&T

Onde **ciência** e **juventude** se encontram



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

